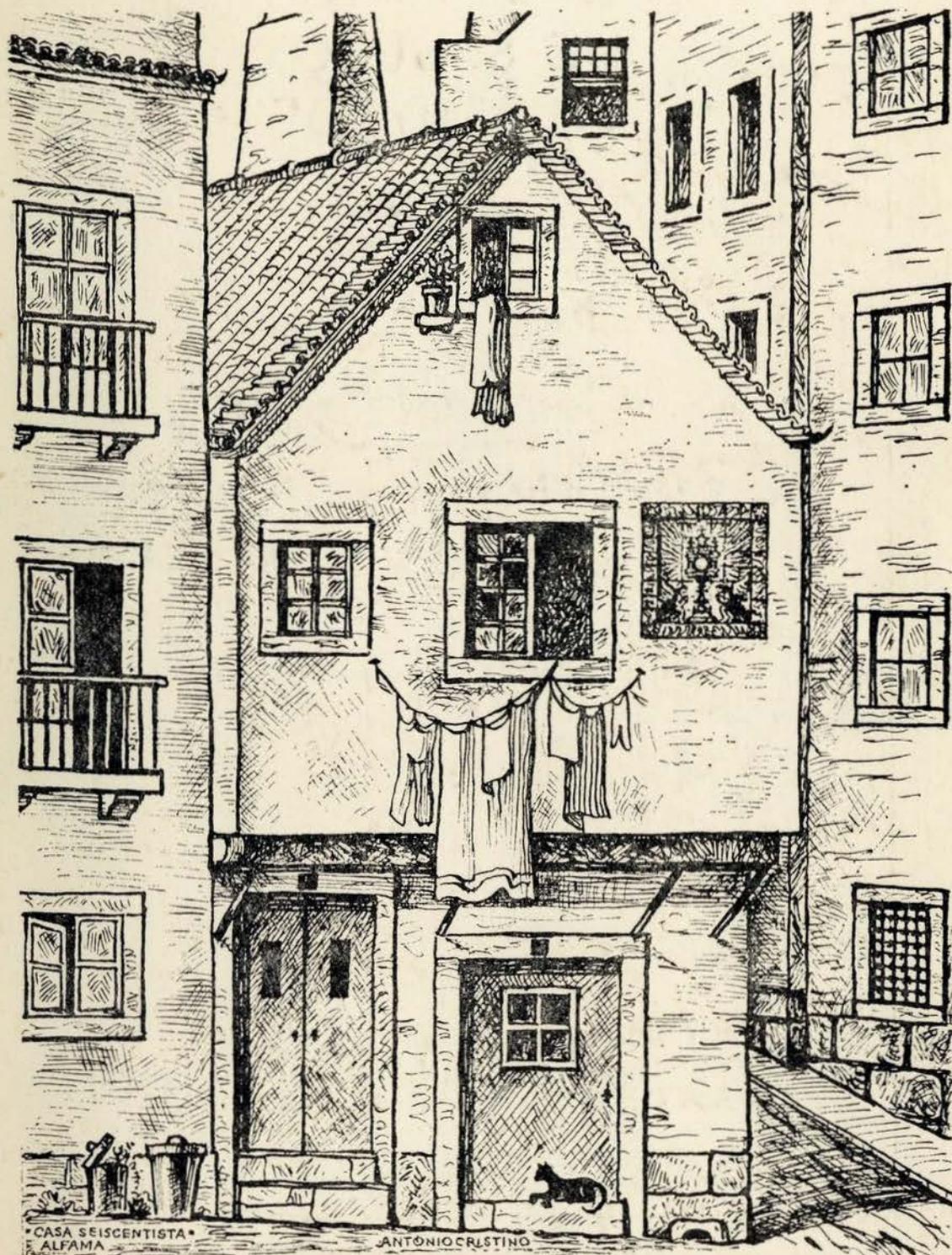


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa

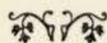


N.º 135 — ANO XXXV — JULHO/DEZEMBRO DE 1972

COMPANHIA
DE SEGUROS
FIDELIDADE



UMA COMPANHIA PARA TODA A VIDA
SEGUROS EM TODOS OS RAMOS



CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

Sede: Largo do Corpo Santo, 13—Tel. 30321

OLISIPO

ANO XXXV

JULHO/DEZEMBRO DE 1972

NÚMERO 135

Direcção, Edição e Propriedade

do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

	Pág.
ARTE RUPESTRE TAGANA por <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. Eduardo da Cunha Serrão e Francisco de Sande Lemos</i>	75
SÃO VICENTE. MARAVILHOSO PADRINHO DA LUSA CAPITAL pelo <i>P.º Francisco Santos Costa</i>	93
BENTO DE MOURA PORTUGAL, NA LISBOA DO SÉCULO XVIII por <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	103
A LUÍS DE CAMÕES por <i>Inocêncio Castelhana</i>	114
GAGO COUTINHO — GEÓGRAFO pelo <i>Capitão-de-mar-e-guerra Manoel Affonso Dias</i>	115
DOCES LEMBRANÇAS DO CONVENTO DE ODIVELAS (Anotação) pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	138
RESUMO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS DE 1972	139
FEIRA DA LADRA	143

CAPA: Casa Seiscentista de Alfama, por *António Cristino*

VINHETAS de *J. A. Videira*

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Triénio 1970/72

JUNTA DIRECTIVA

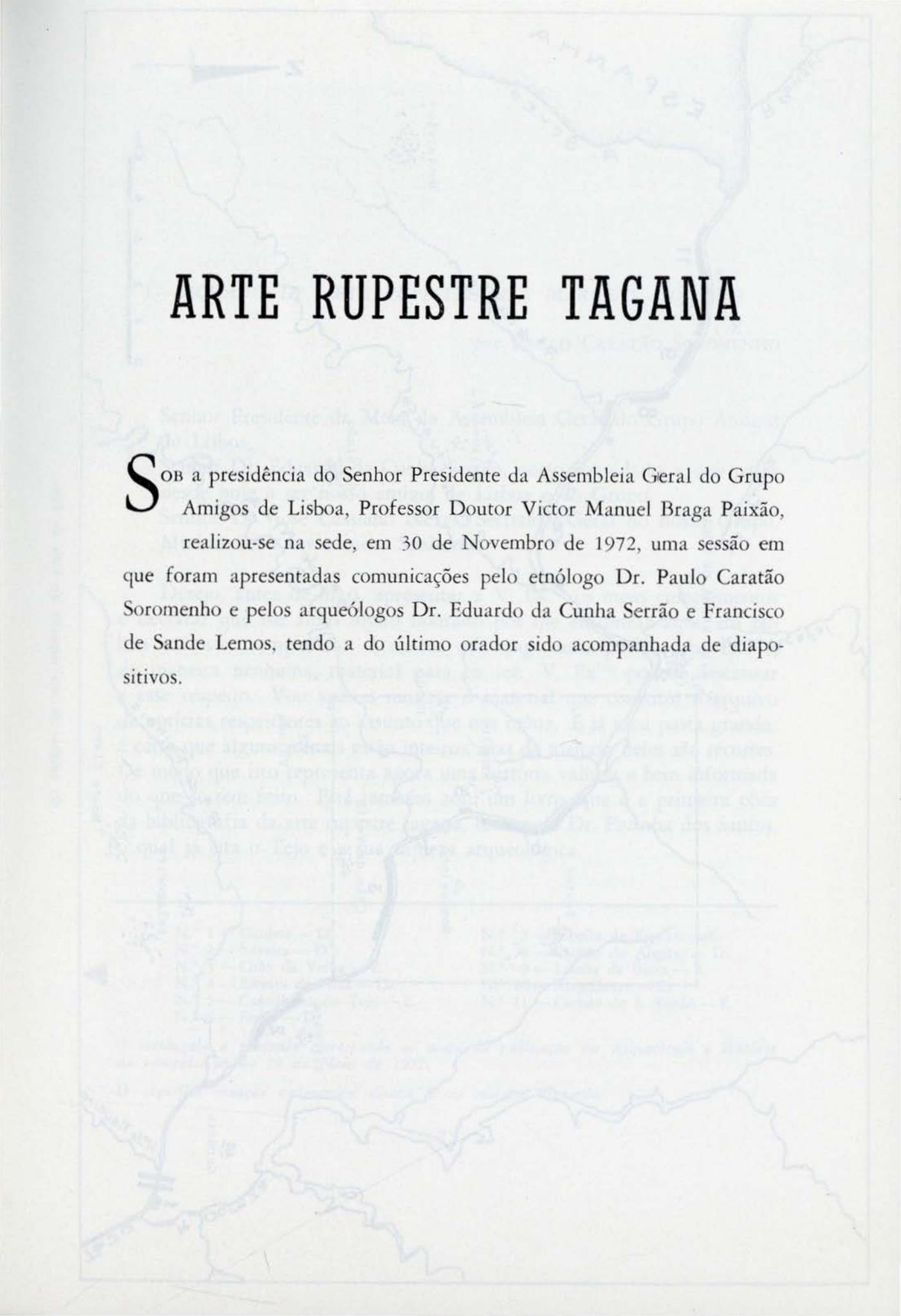
- Presidente* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves
Secretário-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco dos Santos Costa
Arq.^a Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Dr. V. M. Braga Paixão
Vice-Presidente — Professor Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues

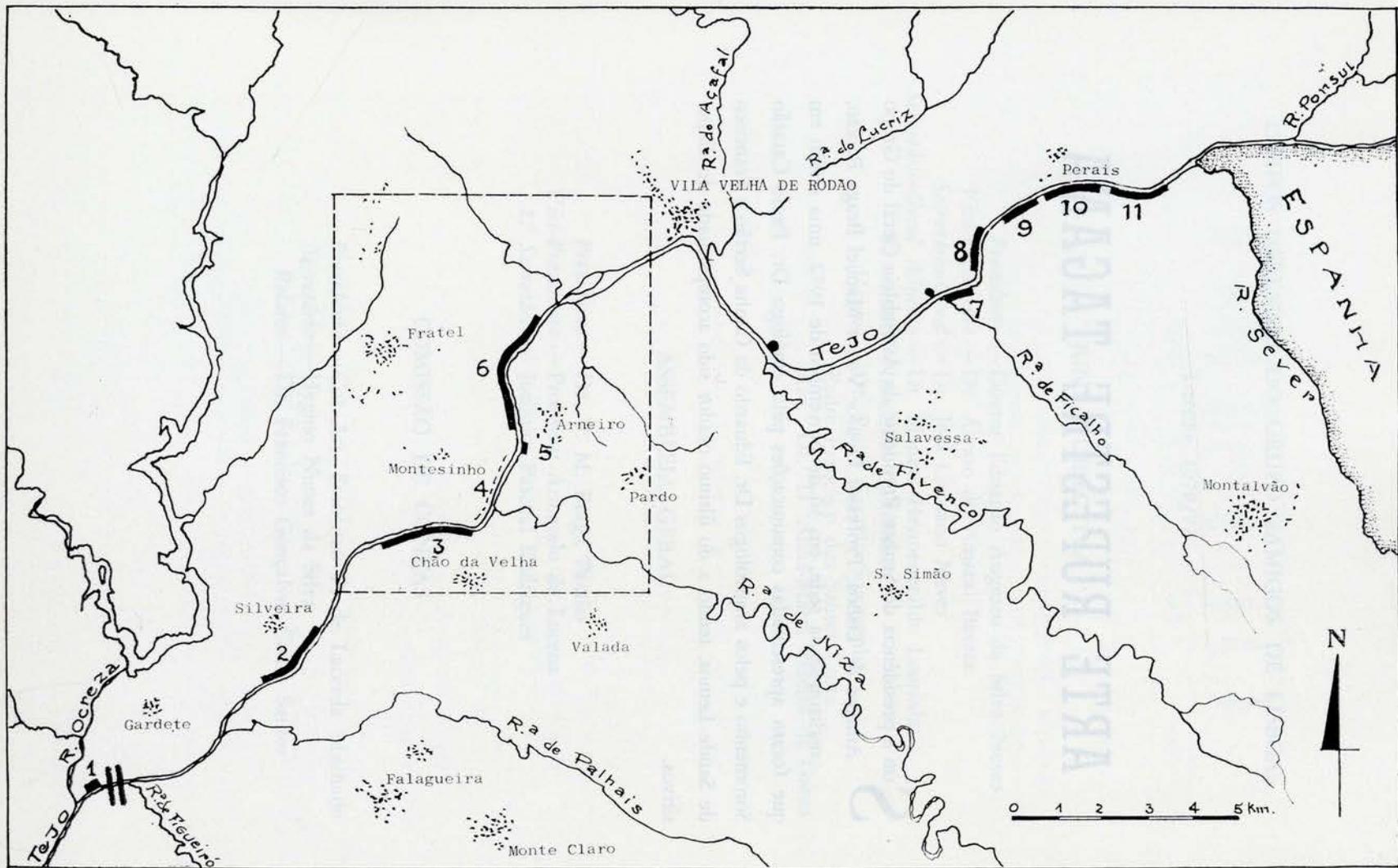
COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente* — Cor.-Art. Francisco P. de Lacerda Machado
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos



ARTE RUPESTRE TAGANA

SOB a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Geral do Grupo Amigos de Lisboa, Professor Doutor Victor Manuel Braga Paixão, realizou-se na sede, em 30 de Novembro de 1972, uma sessão em que foram apresentadas comunicações pelo etnólogo Dr. Paulo Caratão Soromenho e pelos arqueólogos Dr. Eduardo da Cunha Serrão e Francisco de Sande Lemos, tendo a do último orador sido acompanhada de diapositivos.



Os núcleos de arte rupestre do Vale do Tejo

I — ACHADO DE ARTE RUPESTRE NAS MARGENS DO TEJO

por PAULO CARATÃO SOROMENHO

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Grupo Amigos de Lisboa,

Senhor Dr. Eduardo da Cunha Serrão, nosso convidado, e que passa desde hoje a ser nosso amigo, de Lisboa e do Grupo,

Senhor Dr. José Cassiano Neves, Secretário-Geral do nosso Grupo, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Desejo, antes de mais, apresentar a V. Ex.^{as} os meus cumprimentos e declarar que me sinto muito honrado por me encontrar aqui, em tão boa e ilustre companhia. Acontece que trago uma pasta. Mas não é, de maneira nenhuma, material para eu ler. V. Ex.^{as} podem descansar a esse respeito. Vou apenas mostrar o material que constitui o arquivo de notícias respeitantes ao assunto que nos reúne. É já uma pasta grande: é certo que alguns jornais estão inteiros, mas da maioria deles são recortes. De modo que isto representa agora uma história valiosa e bem informada do que se tem feito. Está também aqui um livro, que é a primeira obra da bibliografia da arte rupestre tagana, feito pelo Dr. Farinha dos Santos, o qual já cita o Tejo e a sua riqueza arqueológica.

N.º 1 — Gardete — D.

N.º 2 — Silveira — D.

N.º 3 — Chão da Velha — E.

N.º 4 — Ribeira de Niza — D.

N.º 5 — Cascalheira do Tejo — E.

N.º 6 — Fratel — D.

N.º 7 — Ribeira de Ficalho — E.

N.º 8 — Cachão do Algarve — D.

N.º 9 — Lomba da Barca — E.

N.º 10 — Alagadouro — E.

N.º 11 — Cachão de S. Simão — E.

O rectângulo a ponteados corresponde ao mapa da publicação em Arqueologia e História da comunicação de 29 de Maio de 1972.

D significa situação na margem direita, E na margem esquerda.

Nós, quero dizer, eu comecei este trabalho; depois passei o testemunho a outras pessoas mais capazes de o continuar, porque eu tenho um luxo, que não é o de arqueólogo, mas o de etnólogo. Desse trabalho venho dar conta, mas procurarei ser breve, porque há algo muito mais valioso do que a minha presença aqui: a documentação desta pasta, esses diapositivos e paralelamente as comunicações do Dr. Eduardo Serrão e do arqueólogo Sande Lemos.

Quero ainda recordar, antes de entrar no assunto, duas pessoas que costumam estar sempre ao pé de nós, e que hoje tenho a certeza de que estão a pensar no que se está aqui passando: o Doutor Eduardo Neves e o Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, a quem presto a minha homenagem.

Constitui uma necessidade, de facto, comunicar aos Amigos de Lisboa alguma coisa de notável relacionada com o rio da nossa cidade: o grande achado que perfaz hoje exactamente treze meses, desde que pela primeira vez foi olhado com olhos de ver por pessoas que podiam realmente apreciá-lo.

Foi no dia 31 de Outubro de 1971 que se confirmou o achado, tão importante, da arte rupestre tagana. Era um domingo, de manhã: uma manhã lindíssima, cujo céu, já o disse algures, era diáfano, como o céu da Caldeia — uma manhã admirável de Outono, preparatório de um belo Verão de São Martinho. Tudo era calmo... e foi então que se deu esse facto notável de penetrarmos num Passado, durante milhares de anos à vista de toda a gente, e de que ninguém falara, ninguém conheceu. Entrávamos em comunicação com o povo misterioso que gravou aquelas pedras. Coisa extraordinária, num dos dias mais maravilhosos da minha vida!

A acção do nosso Grupo parece restringida pelas intenções com que terá sido fundado; e pelo modo como se designa surgirá a impressão de que estamos limitados aos assuntos lisboetas. Na verdade, porém, Lisboa tem tanta significação para o Povo Português que mesmo quanto se passe para além dela continua a interessar-lhe... e o Tejo mais do que o resto, desde a nascente à foz, não deixa de ser motivo lisboeta.

Estou a falar na primeira pessoa e muitos de V. Ex.^{as} estarão a pensar: «Pois este homem só fala dele próprio?» Não, Senhores; vou referir-me a pessoas mais importantes: a Dr.^a Maria de los Angeles Querol, senhora espanhola, que veio trabalhar para Portugal com uma bolsa da Fundação Gulbenkian, e que se ligou ao Grupo para o Estudo do Paleolítico Português — constituído por Francisco de Sande Lemos, Susana Rodrigues Lopes e Jorge Pinho Monteiro (os que lá estiveram nesse dia de



O banco de xistos do Fratel, em cujas superfícies foram feitas as gravuras

Outubro), e outros, entre os quais o Dr. Eduardo da Cunha Serrão, agora ao nosso lado.

Encontraram-se ali mais três pessoas: uma estudante que quis apenas acompanhar, Maria Helena Afonso; o nosso guia, o Sr. Manuel Esteves, barqueiro e pescador do Tejo, que vive numa povoação do outro lado do rio, o Arneiro; e o Sr. Vítor Coelho Martins, que está presente, e de quem falarei dentro de momentos, por necessária justiça.

Ora bem. A umas dezenas de metros da estação do caminho de ferro do Fratel, no concelho de Vila Velha de Ródão, distrito de Castelo Branco, Vítor Martins, Manuel Esteves e eu aguardámos os jovens arqueólogos, que vinham de Vila Velha, onde na véspera já haviam estado a estudar o paleolítico da região.

Entretanto, eu estivera a ouvir o Sr. Manuel Esteves, que conhece o Tejo como as suas mãos, e que é um destes homens a quem o Doutor Leite de Vasconcelos considerava sábios, por transportarem dentro de si uma informação etnográfica pasmosa. E naquela meia hora, ou coisa que o valha, narrou uma quantidade enorme de coisas, que eu já sabia, outras que corrigi na altura, e outras ainda que foram novidades. A verdade é que estive encantado a ouvi-lo.

Depois encontrámo-nos e seguimos. Junto das águas do Tejo, num penedo liso na parte superior, deparou-se-nos uma figura, que de prin-

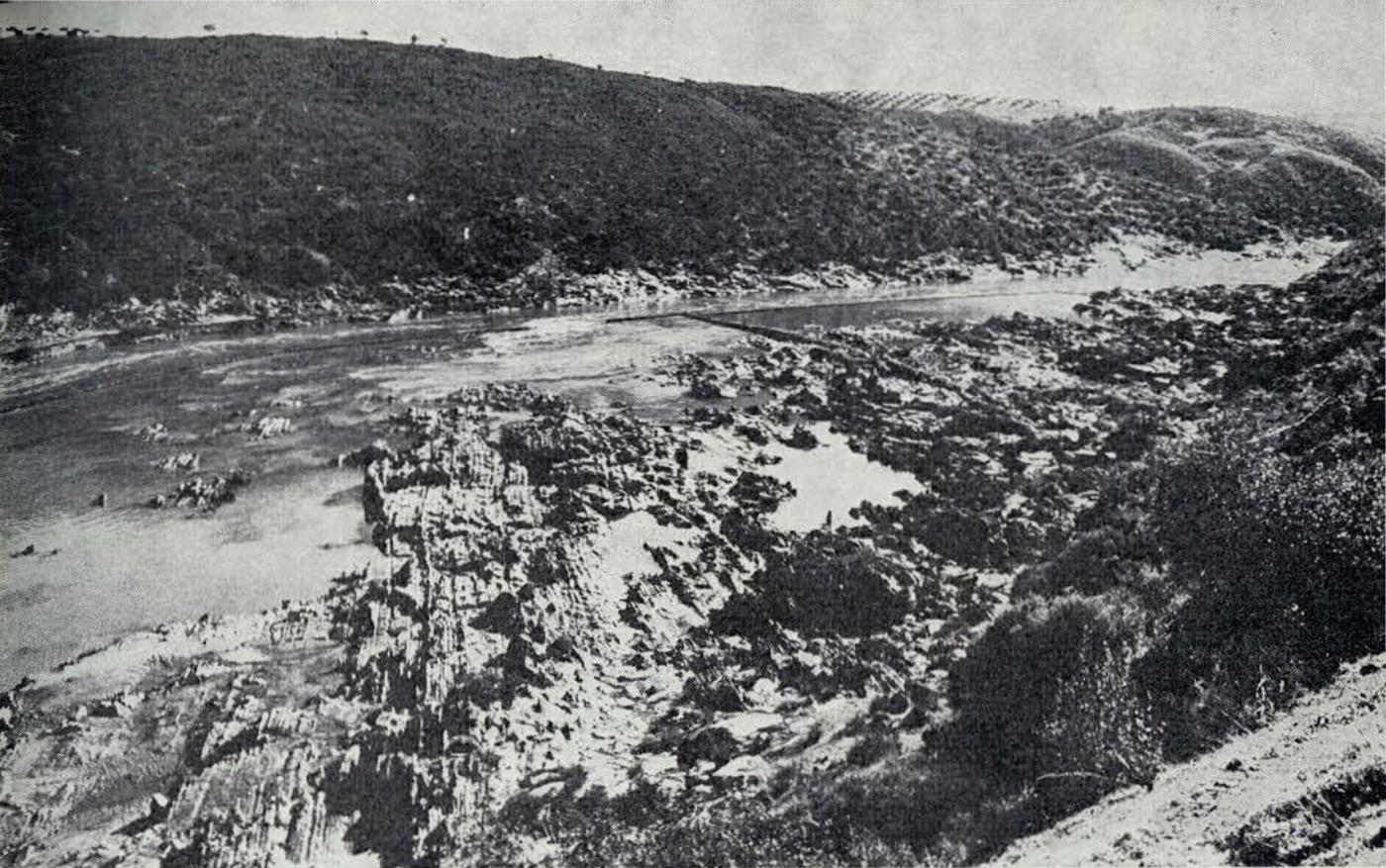
cípio nos pareceu um boi. Como estávamos num sítio exactamente chamado Cachão do Boi, a imaginação um tanto exaltada chegou a convencer-me de que havia alguma relação entre a gravura e o topónimo. Fora, porém, fantasia momentânea, porque de facto todo o resto, que se seguiu, era de tal forma rico e abundante e variável, que essa primeira gravura isolada



Núcleo do Fratel: espiral

já não tinha significado. Daí por diante achámos dezenas de grupos, uns com duas ou três gravuras, outros com catorze, ou quinze ou mais — numa extensão de setecentos metros até à altura da estação do Fratel. Foi um deslumbramento que ia sugerindo hipóteses por vezes convergentes, por vezes contraditórias. Os estudos mais calmos, feitos no decorrer de várias campanhas, facilitou a análise mais fria, com outro sentido científico, que prejudicou, e bem, as precipitações da imaginação.

Essas gravuras representavam animais (peixes e aves — não), esquematicamente a figura humana, desenhos de carácter geométrico, dos quais me impressionavam de maneira especial as espirais. As gravuras haviam sido feitas por picagem (isto é, litostícticas) e não por desgaste (litotrípticas), em superfícies rochosas lisas, coloridas, frequentemente voltadas à corrente, com um milímetro de profundidade, segundo parecia aos meus olhos. Apresentavam-se quer nos penedos sujeitos à submersão, designados



O Cachão do Algarve, com o Tejo alto

regionalmente por arrifes, quer nos que dela estão normalmente libertos, e são chamados canchos. Estranhar-se-á que esta arte tenha passado despercebida desde sempre, mas isso explica-se, porque há dificuldade em notá-la, condicionado o seu reconhecimento pela incidência da luz e pela posição do observador. Foi só em 1946 que uma pessoa esclarecida dela me falou: o fratelense Sr. José Coelho, já falecido, então regressado dos Estados Unidos, onde vivera anos, e que se ocupava por distração na caça e na pesca. Nunca mais passei férias demoradas no Fratel, pelo que não tive ocasião de visitar os lugares assinalados por José Coelho. Contudo, essas informações levaram-me, pelo que sabia da região, à crença na sua importância, pois que a arte rupestre ao ar livre naquelas condições me parecia integrar-se num conjunto neolítico por ali existente. A suposição confirmou-se, quando o Sr. Vítor Coelho Martins, primo do primeiro informador, me facilitou e aos componentes do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português a ida, no ano passado, com o guia, ao sítio do Cachão do Boi.

E agora dirão quanto sabem os senhores Dr. Eduardo da Cunha Serrão e Francisco de Sande Lemos.

II — PROBLEMAS DE ORDEM CRONOLÓGICA E ATRIBUIÇÃO FUNCIONAL

por EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

Senhor Presidente, Senhor Dr. Paulo Soromenho, minhas senhoras, meus senhores:

Agradeço a V. Ex.^{as} terem-me acolhido, tão amavelmente, nesta vossa «Liga», assim como ao Sr. Dr. Paulo Soromenho por ter dito que eu era considerado um amigo de Lisboa; e sou, na realidade, quanto mais não seja porque nasci em Lisboa.

Fiquei incumbido de expor a V. Ex.^{as} os problemas gerais relativos à arte rupestre.

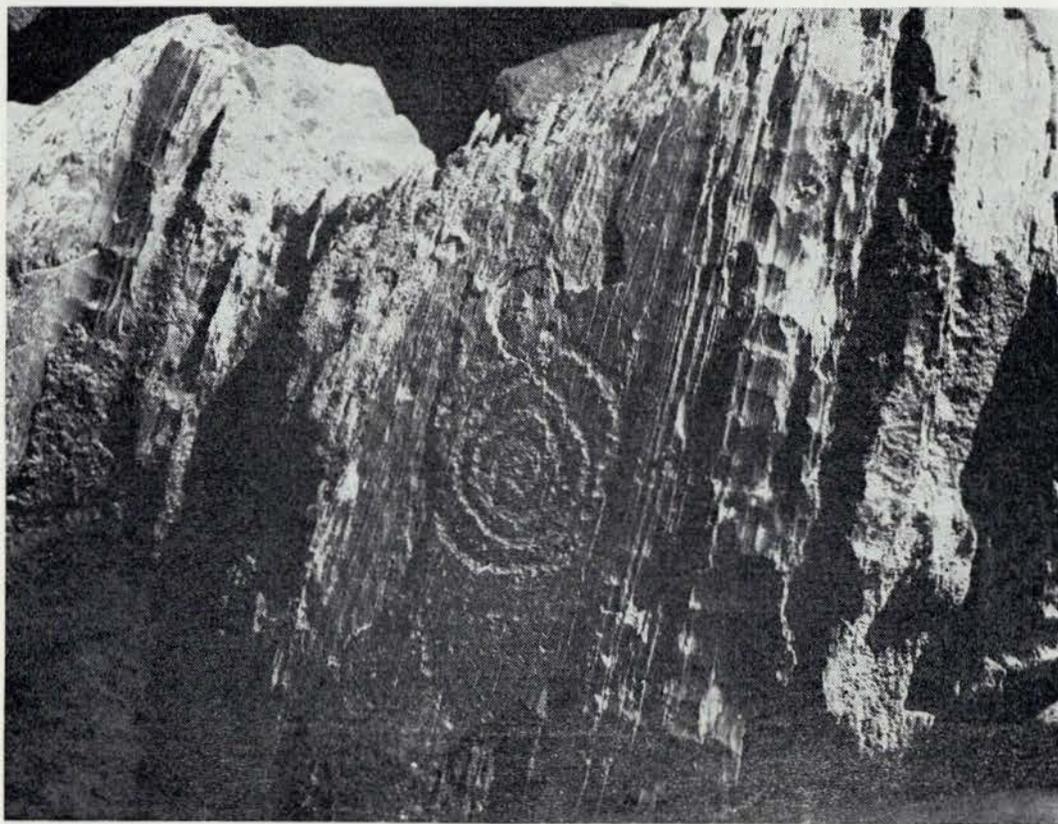
Não quero duvidar da cultura geral de V. Ex.^{as} e até do que possam saber sobre o assunto, mas o que principalmente pretendo é tentar penetrar-vos da transcendência dos problemas que a arte rupestre levanta.

Etimologicamente, *arte rupestre* é uma expressão que se aplica a todas as produções artísticas executadas em rochas, rochedos, em penhas. Do ponto de vista arqueológico, a expressão tem uma extensão mais ampla, pois não só define as produções artísticas produzidas em rochedos, como também em paredes e tectos de grutas, de cavernas e abrigos, e mesmo até em pedras de monumentos megalíticos. Como sabem, os monumentos megalíticos são construções feitas com grandes pedras, onde às vezes aparecem produções artísticas dos homens pré-históricos.

Estas obras de arte assumem duas principais modalidades: pinturas e gravuras. As produções por meio de gravura ainda se podem dividir em duas submodalidades: por meio de sulcos contínuos; por meio de

incisões punctiformes feitas com um punção de pedra ou de metal, batido com um percutor. A todas estas gravuras chamamos *petróglifos*. As feitas a ponteados, por martelagem, tecnicamente são conhecidas por *petróglifos litostíticos*.

Pretendendo apresentar-vos um panorama geral da arte rupestre no mundo, eu não posso esquecer, desde já, o grupo mais importante que é o da região franco-cantábrica, em que as produções, principalmente pinturas, se fizeram dentro de grutas; e nelas ficou registada uma autêntica eclosão da arte, demonstrando que os homens pré-históricos do trigésimo



Cachão do Algarve: o jogo das formas, círculos concêntricos

até ao décimo milénio a. C. possuíam todo o potencial artístico do homem actual.

Mas, evidentemente, que o grupo de arte rupestre do Tejo, que nos interessa hoje, não se pode incluir no referido complexo de arte rupestre

franco-cantábrico. Pertence, sim, a um período posterior chamado de arte rupestre pós-paleolítica que tem uma expansão enorme no mundo. Assim, existem gravuras ou pinturas rupestres pós-paleolíticas na Europa, África, na Ásia, em todos os continentes, aliás.

Olhando a Península Ibérica, há 2 grandes grupos: o do Levante, com pinturas, e o do Noroeste com gravuras. Na África há grandes núcleos, principalmente no Sara e na África austral. Mas, na Europa, ainda são dignos de menção os grupos do Centro (Vale Camónica, Mont Bego, Ile de France), da Escandinávia, etc., localizando-se o grupo do Vale do Tejo no grupo do Noroeste ibérico.

As classificações *funcional e cronológica* da arte rupestre assumem certas dificuldades, portanto também as do complexo do Tejo.

Há cerca de 30 anos, o grande arqueólogo inglês V. Gordon Childe estabeleceu os objectivos fundamentais do arqueólogo, quando se encontra em presença de um problema arqueológico; são eles, as classificações *funcional* (que função exercia a peça, a produção artística, o monumento em estudo?), *cronológica* (quando foi produzido?) e *corológica* (qual o estágio cultural dos produtores?). Portanto, quem tiver de estudar o complexo de arte rupestre do Tejo enfrenta esses mesmos problemas, ou seja, tem de avaliar as funções que exerciam aquelas gravuras rupestres, a que época se podem atribuir e quais os povos seus autores.

Quanto às dificuldades de classificação cronológica eu apresentarei um exemplo que as justifica; se um homem passar por um local, munido de um lápis da marca «Faber», ou outra, e numa parede fizer um desenho, apenas em presença desse desenho dificilmente saberemos quando foi feito; mas, se encontrarmos o lápis e como é conhecido o período em que se fabricaram e usaram lápis «Faber», pelo menos poderemos dizer que o desenho foi feito entre as datas x e y , sendo x o momento em que se iniciou o fabrico dos lápis dessa marca e y o do momento em que não mais se fabricaram.

Portanto, há sempre que recorrer a indícios acessórios, como por exemplo: armas, ferramentas e utensílios e outros elementos etnológicos datáveis permitem se avalie as datas da sua representação. O mesmo se pode dizer para a representação de animais de espécies desaparecidas, dando estes pelo menos um limite da época das pinturas ou gravuras. Se nas proximidades das pinturas ou gravuras houver estações ou artefactos datados e iniludivelmente associados às pinturas e gravuras, também mais fácil é avaliar a cronologia da arte rupestre associada. Isto quanto à cronologia *absoluta*, porque a cronologia *relativa* (motivos mais antigos

do que outros) pode ser-nos dada pelas diferenças de pátinas e pelas sobreposições dos motivos.

Quanto à classificação funcional, ou seja, no nosso caso, saber-se que funções desempenhavam as gravuras rupestres, as dificuldades não são menores.

Como no Vale do Tejo aparecem principalmente representações de animais e círculos, há tendência para as considerarmos resultantes de



Cachão do Algarve: zoomorfos associados a circunferências

rituais venatórios, ou de cerimónias totémicas, ritos de fecundidade, etc. Mas a uma classificação funcional deste tipo, opõem-se vários obstáculos, porque não sabemos se o sentido que nós damos hoje aos termos religião, cerimónias totémicas, venatórias, etc. poderá aplicar-se a povos cuja mentalidade desconhecemos.

¿E por que havemos de atribuir sempre a atitudes religiosas ou mágicas, as práticas dos homens pré-históricos que poderiam relacionar-se

apenas com as concepções de simbolismo, pretender transmitir lendas equiparáveis às lendas mitológicas e às primitivas lendas cristãs?

A grande dificuldade, por último, está em que, olhando as produções artísticas dos homens pré-históricos, temos nelas apenas os seus testemunhos materiais, e queremos atingir as suas intenções, os actos, a sua mentalidade, as suas situações emocionais, o que não é fácil através de elementos tão indirectos.

Actualmente, há uma corrente de interpretação, que foi iniciada por dois eminentes investigadores, Laming-Emperaire e Leroi-Gourhan, os quais ensaiaram uma nova via assente nestes conceitos: as figuras pintadas, ou gravadas, fazem parte de *conjuntos* significativos e não são, portanto, um amontoado de motivos anarquicamente distribuídos. Segundo entendem, um processo de análise por via estatística dos motivos, da sua associação e distribuição, levar-nos-á a melhores resultados do que a interpretação em moldes subjectivos. Mesmo assim, afirma-nos o próprio Leroi-Gourhan, só poderemos atingir as intenções dos autores da arte rupestre numa fórmula abstracta.

Concretamente, no caso da arte rupestre do Tejo, nós temos diversas opiniões. Eu tenho as minhas, às quais os restantes jovens membros da equipa põem objecções muito prudentes e judiciosas, considerando melhor esperarmos os resultados finais dos estudos a que havemos de proceder e, só depois, tomarmos uma atitude.

Mas eu creio que, estabelecendo provisoriamente confronto com outras estações do Noroeste peninsular, do Levante espanhol, de Mont Bego, Vale Camónica, etc., já podemos admitir que as mais antigas gravuras do Vale do Tejo devem datar do Neolítico. Ter-se-á verificado uma solução de continuidade no pleno Calcolítico, mas a produção de gravuras continuou na Idade do Bronze pleno, e do Ferro, terminando durante a ocupação romana.

Quanto à função que desempenharam, também é lícito admitir que, dada a grande quantidade de representações de círculos (os quais nas outras estações europeias são tomadas como símbolos solares) e de animais (veados, cabras, bois e outros mamíferos), os bancos de xistos do Vale do Tejo terão desempenhado a função de um santuário de cultos que se centravam no Sol e nos animais (cultos zoo-heliolátricos).

III — UNIDADE GEOGRÁFICA, GEOLÓGICA, TÉCNICA E TEMÁTICA DA ESTAÇÃO DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO TEJO

por FRANCISCO DE SANDE LEMOS

O Sr. Dr. Paulo Soromenho falou do processo que levou à descoberta desta estação de arte rupestre, referindo também as circunstâncias em que ocorreu.

O Sr. Dr. Eduardo da Cunha Serrão expôs os problemas de ordem cronológica e de atribuição funcional que uma estação arqueológica deste tipo suscita.

São de facto milhares de gravuras espalhadas ao longo de algumas dezenas de quilómetros, pelas margens rochosas do Tejo. Só um estudo sistemático, que comece pelo registo minucioso de toda a produção artística e termine pela aplicação de computadores à informação recolhida, poderá formular conclusões. Conclusões que por certo serão novas, que abrirão novas vias no estudo da arte rupestre portuguesa, a qual antes desta descoberta se situava quase toda para norte do rio Mondego, constituindo com a vizinha Galiza o grande núcleo da arte rupestre galaico-portuguesa. Será mesmo possível que as conclusões extraídas do estudo das gravuras do Vale do Tejo intervenham no desenvolvimento da pesquisa em matéria da arte rupestre europeia pós-glaciar. Contudo neste momento estamos limitados a elaborar conjecturas, que só servem a título de hipóteses de trabalho, tal como salientou o Sr. Dr. Eduardo da Cunha Serrão.

Pela minha parte, cabe-me tratar das condições específicas desta estação.

Começo por referir a distribuição geográfica dos grupos de gravuras que já detectámos, pois que até ao momento apenas tivemos oportunidade

de percorrer os trinta e cinco quilómetros do curso do rio Tejo, entre a foz do Ocreza e a foz do Sever (início do Tejo Internacional). De facto são grandes as dificuldades que constantemente se nos deparam. A ausência de vias de comunicação em quantidade suficiente e o carácter escarpado das margens são alguns dos obstáculos, entre muitos outros.

Explorámos portanto setenta quilómetros de margens rochosas, tendo sido assim localizados dois grandes grupos: um para jusante das Portas de Ródão, descoberto inicialmente; outro para montante.

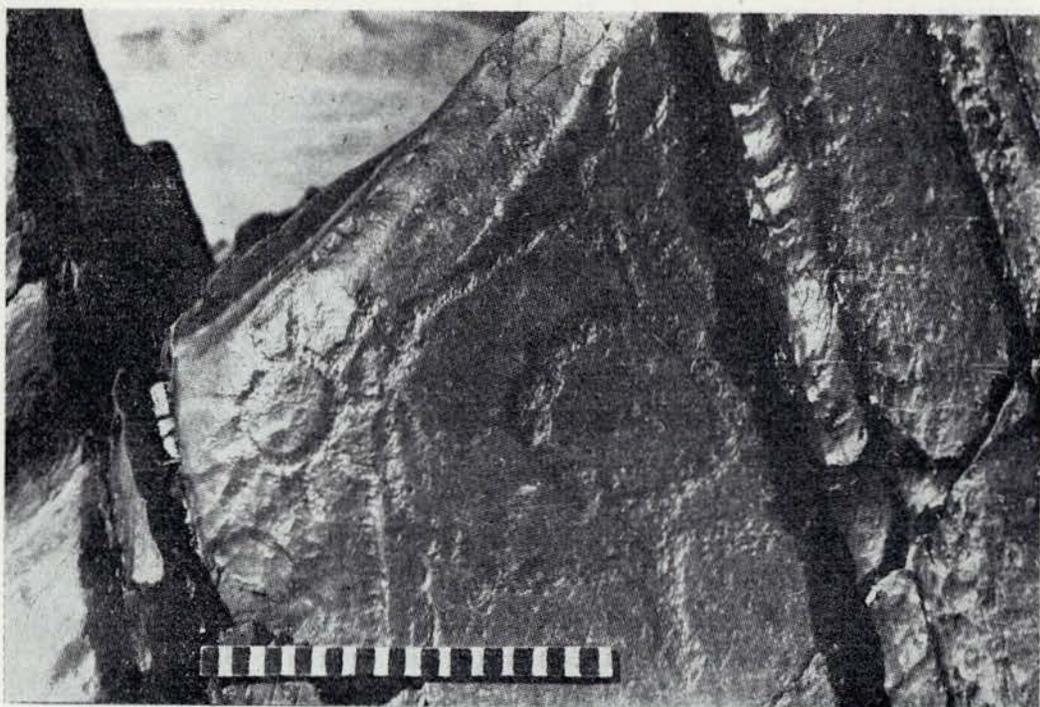


Cachão do Algarve: nas lajes de xistos um verdadeiro exercício de geometria

O ponto de partida foi o banco de Fratel, onde pela primeira vez encontrámos gravuras. A partir de Fratel descemos o rio e sucessivamente, no decorrer de diversas campanhas, realizadas nos meses de Maio, Junho e Julho, fomos detectando novos grupos de rochas gravadas: no Canafchal (freguesia de Fratel), no banco de Chão da Velha (freguesia de Nisa, margem sul), no banco da Silveira (freguesia de Fratel), todos

ainda para montante da barragem em construção, cerca de dez quilómetros para baixo de Fratel. A elevação do nível das águas do rio, verificada em fins de Maio do ano passado, e relacionada com os trabalhos em curso na referida barragem, submergiu todos estes grupos de gravuras. Apenas Fratel foi poupado.

Ainda para jusante da barragem, cerca de 1 quilómetro acima da foz do Ocreza detectámos um último conjunto, aliás grande e magnífico, um pouco antes de começar o granito, o que é muito interessante. De facto prospectámos os granitos até cerca de Amieira e nada encontrámos. Existirá assim provavelmente uma estreita relação entre este grande conjunto



Símbolos astrais do grupo do Chão da Velha

artístico do Vale do Tejo e as formações xistosas que a erosão do rio pôs a descoberto e moldou. São estes os grupos que se situam para jusante das Portas de Ródão.

Para montante, há primeiro um espaço em branco, ocupando cerca de três a quatro quilómetros do curso do rio. Depois, progressivamente, vão surgindo rochas gravadas, até se atingir uma grande concentração nas

imediações da foz da ribeira de Ficalho (margem alentejana, freguesia de Montalvão). Para cima, variando a densidade de rochas gravadas, temos: o grupo do Cachão do Algarve, na margem norte, freguesia de Perais, e os grupos de Lomba da Barca, Alagadouro e Cachão de S. Simão, todos na margem sul, freguesia de Montalvão. A sua exploração processou-se em Agosto de 1972.

Chegámos assim ao início do Tejo Internacional, que ainda não reconhecemos. Temos porém informações de um pescador que afirma haver gravuras ao longo das margens deste troço do rio. De facto não são os pastores quem conhece bem as rochas onde as gravuras foram traçadas, e que servem de margem ao rio Tejo. São sim os pescadores e barqueiros. Foi um pescador, o Sr. Manuel Esteves, quem nos guiou e apontou as gravuras no banco xistoso de Fratel. Foi outro barqueiro e pescador, o Sr. Joaquim, da barca de Fratel, quem nos falou das gravuras do banco de Chão da Velha e quem lá nos levou. Foi também este último que nos referiu as pedras escritas dos Cachões de S. Simão e do Algarve. O que acontece é que os pastores raramente se aproximam das rochas junto ao Tejo. No Verão preferem a fresca sombra das oliveiras na encosta; e no Inverno a protecção das árvores contra o frio e a chuva. E aí ficam, enquanto o rebanho desce a beber a água do rio. As únicas vezes em que os vimos percorrer a estreita e difícil faixa rochosa junto ao rio, foi justamente impelidos pela curiosidade de verificar o que estávamos observando. É agora outro pescador, o Sr. Carepa, de Perais, quem nos fala da existência de «sinais ao pé da Erga». Ora a foz do Erges fica cerca de sessenta quilómetros para cima do Cachão de S. Simão, último grupo reconhecido. Estaríamos, caso se confirmassem as afirmações do pescador, perante uma estação de arte rupestre de dimensões excepcionais. Infelizmente o nível actual das águas do rio Tejo é muito alto naquela área, devido a circunstâncias ligadas à construção da barragem de Cedillo (Tejo Internacional), pelo que ainda não pudemos proceder à confirmação.

Esta continuidade, ao longo do curso do rio, e que se cifra pela ordem de alguns milhares de gravuras, reunidas em centenas de conjuntos, é algo que desde já pode ser interpretado com escassa margem de dúvida. Tudo indica que os autores destas gravuras estavam intimamente associados ao rio Tejo, o qual desempenhava uma função axial.

A esta unidade geográfica, em que a força centrípeta é o rio, vem juntar-se uma outra unidade de ordem geológica. Todas as gravuras foram feitas nas superfícies lisas de cor castanho-avermelhado de rochas xisto-grauvácicas, alteradas. Não conhecemos qual foi o processo geológico

que formou estas superfícies rochosas, que encontramos nos bancos ao longo das margens do rio. De facto não há na equipa nenhum geólogo. Tencionamos contudo pedir a especialistas que nos expliquem o processo da sua formação. Uma outra incógnita, ao menos para nós, está também ligada à geologia: como sobreviveram as gravuras? Porque há de facto o problema da erosão do rio, e, mais ainda do que a erosão do Tejo, a erosão das vertentes muito inclinadas. A questão não é fácil, mas desde já anotamos duas observações empíricas: as pedras gravadas só são submersas pelas maiores cheias, primeiro; segundo, se as águas do rio não «lavassem» periodicamente as superfícies gravadas, elas estariam cobertas por uma espessa camada de líquens e fungos e muito provavelmente perdidas para a arqueologia.



Nos xistos do Chão da Velha, um tema constante: os zoomorfos entre círculos, circunferências e linhas curvas

Referimos a unidade geográfica e a unidade geológica. Vamos agora tratar da unidade técnica e temática. Todas estas gravuras sem excepção foram obtidas pelo emprego da técnica litostítica, definida pelo Prof. Santos Júnior. Dentro deste esquema técnico, notámos variantes que estão ligadas

quer às dimensões dos negativos e sua ligação, quer ao delineamento dos motivos, ou a cheio ou por traço. De uma maneira geral as diversas variantes estão presentes em todos os diferentes grupos de rochas gravadas. Os poucos grafiti, que encontramos, distinguem-se perfeitamente pelo tipo de técnica utilizado⁽¹⁾.

Tematicamente, a estação de arte rupestre do Vale do Tejo é um amplo exercício de geometria: simples linhas curvas, linhas curvas paralelas, circunferências concêntricas, circunferências radiadas, interior ou exteriormente, espirais. Os agrupamentos quase sempre diferentes de todas estas formas enchem as superfícies rochosas dos bancos das margens do rio Tejo. Associados àqueles símbolos encontramos zoomorfos e antropomorfos. O grau de esquematização destes motivos varia: uma forte percentagem das figurações antropomórficas são muito esquemáticas, dum tipo considerado clássico na arte pré-histórica da Europa. O grau de esquematização dos animais é menor.

Trata-se em última análise de um código, gravado nas rochas, por motivos e em condições que desconhecemos, e que só serão deduzidos quando o código for decifrado. E temos tanta mais possibilidade de conseguir concretizar esse objectivo quanto dispomos de grande quantidade de informação.

(1) Ao contrário da maioria das estações de arte rupestre conhecidas na Europa, a estação de arte rupestre do Vale do Tejo tem uma percentagem mínima de grafiti.

SÃO VICENTE

Maravilhoso Padrinho da Lusa Capital

(Argumento literário para o filme do centenário, de 1973)

pele P.^o FRANCISCO SANTOS COSTA

SURGE NA VIDA UM HERÓI

No último quartel do III século da nossa era, um menino nasce em Huesca, a 17 quilómetros de Saragoça, no velho reino de Aragão, de pais nobres e virtuosos, que lhe chamaram Vicente. Eutíquio e Enola, felizes, não tardaram a entregá-lo aos cuidados de D. Valério, bispo de Saragoça que primorosamente o instrui nas ciências humanas e o educa na sabedoria das coisas divinas, alguns anos depois ordenando-o de Diácono, e, com fundamento na sua avançada idade e quase impossibilidade física, confia-lhe a pregação do Evangelho, missão sublime em que o ilustre jovem arquidiácono desde logo se desempenha com dignidade, proficiência e resultados assaz consoladores, edificando os fiéis de Cristo e convertendo à Fé grande número de pagãos e mouros que baptiza. Terá naturalmente tido a alta distinção de acompanhar o seu grande Prelado e amigo ao histórico concílio de Elvira.

Em plena dominação romana da Ibéria, os imperadores Diocleciano e Maximiano movem na Península uma das mais ferozes perseguições de todos os tempos aos Cristãos, já então bem numerosos, enviando como governador à província de Tarragona o terrível Públio Daciano, que logo se empenha a fundo em mostrar-se bem zeloso na execução das ordens imperiais, como o homem da confiança dos seus autores, mesmo um especializado na diabólica tarefa sanguinária! Inaugura o prefeito romano as

suas correrias de morte pela Hispânia, martirizando Santa Eulália em 303, seguindo-se-lhe Santa Engrácia, SS. Félix, Narciso e Sero, em Valência; e Júlia, Máxima e Veríssimo, em Lisboa; Fortunato, Eusébio e Martinho, em Évora; Vítor, Silvestre e Torcato, em Braga.

Não tarda o malévolo prefeito em visitar a acolhedora Cesaraugusta e faz questão de conhecer pessoalmente o 6.º signatário do primeiro Concílio das Espanhas, bem como o seu já famoso arqui-diácono Vicente, a quem de seguida mimoseia com a prisão e quase imediata ordem de marcha sobre a mediterrânica Valência, a trezentos quilómetros de distância, fazendo-os carregar de afrontosas cadeias e maus tratos, a juntar-se à prolongada carência dos indispensáveis alimentos.

Decorria o ano de 303 da gloriosa era cristã e terá sido morosa e bem penosa a sacrificada caminhada, que havia de culminar a 22 de Janeiro de 304 no subterrâneo infecto da valenciana Plaza de Almoína, com a heróica escalada do reino da Glória.

DE INDÓMITA CORAGEM

Mas vale bem a pena reproduzir o diálogo Vicente-Daciano, havido depois de reverentemente obter a vénia do seu encanecido pai espiritual: «Acabas de nos convidar a renegarmos a nossa Fé; para a consciência cristã é crime renegar o culto ao único Deus verdadeiro. Todos os teus esforços serão vãos, pois confessamos a nossa Fé no único Deus de quem somos filhos e servidores. Em Seu nome desprezo as tuas ameaças e todos os martírios sofreremos por Ele até à morte; pois pela morte chegaremos à vida imortal! Não temas este homem e implora o poder de Deus para que a sua soberba seja humilhada», pede a D. Valério. Enfurece-se o algoz Daciano, que logo dá por terminada a audiência, desterrando o velho Bispo e encarcerando o jovem Diácono de Jesus Cristo.

Enate, nos Pirenéus, aguardava Valério, enquanto Vicente baixava ao hediondo cárcere, onde a flagelação, o equúleo e o fogo, satanicamente variado, não lograriam vencê-lo, antes lhe tendo merecido esta admirável confissão: «Isto é o que sempre desejei ardentemente e com todo o cuidado procurei; não quero que diminuas, governador, a minha alegria; só concordas com os meus desejos e nunca tive maior amigo do que tu. Com todo o espírito de maldade executa quantos tormentos quiseses e ver-me-ás poder mais pela virtude divina, sendo atormentado, que tu atormentando-me... Por mais esforços que faças não me poderás apartar do meu

Senhor Jesus Cristo: não tenho medo dos teus tormentos». Enraivecido de confusão, o cruel Daciano dá ordens para que os esbirros mudem o sistema, preparando ao invencível mártir da Fé católica uma fofa cama. Vicente, que momentos antes ouvira uma voz do Alto dizer-lhe: — «Aquele que te fez vencedor dos tormentos já tem preparada a coroa da glória celestial» — ao ser colocado no diabólico leito branco e macio, exala o último suspiro e terá feito berrar ao energúmeno perseguidor: «Hei-de, já que o não pude



S. Vicente Mártir

vencer vivo, vencê-lo depois de morto». E covardemente manda remover-lhe os despojos, já entusiasticamente procurados pelos cristãos, para fora da cidade, no sítio ainda hoje denominado La Roqueta, por nele ao depois se ter edificado uma fortificação; é então que misteriosamente aparece um corvo na encarniçada defesa dos gloriosos restos mortais vicentinos, até que Daciano dá ordens ao soldado Eumórfio se apresse a



S. VICENTE — Do «Livro de Horas» de D. Manuel (Museu de Arte Antiga)

lançá-los ao mar, com pesada mó ao pescoço; porém, não havia ainda regressado à terra e já o corpo santo estava a seco na praia, acozando a piedosa cristã Jónica a identificá-lo como sendo, sem qualquer hesitação, o do admirável levita e mártir, recolhendo-o com a ajuda de outros irmãos, no meio do maior segredo, para o sepultarem fora da cidade, onde se pode ainda venerar o belo templo San Vicent de La Roqueta, ao que se diz ainda levantado paternalmente por João Valério, passado a onda da descomunal perseguição.

Rolaram mais calmos alguns séculos, em que a viva devoção dos Valencianos pelo seu querido Mártir cada dia mais se radicava, até que no alvorecer do século VIII, sob a chefia do terrível Abderraman, pelos mouros com muita da restante Espanha, Valência é pelas suas hordas quase exterminada. Foi então cerca de 714 que os fervorosos Valencianos, temendo o desacato e o roubo, se vão à igreja do heróico Santo e, pela calada da noite, metem as sagradas relíquias num caixão de madeira, carregando-o de seguida para um pequeno barco, que logo impelem para as bandas de poente pelo Mediterrâneo fora até que, transpostas as então chamadas Colunas de Hércules, vem providencialmente dar ao sacro Promontório, definitivamente tornado português pelo nosso rei Afonso III. Ali ergueram uma modesta ermida, em que instalam os preciosos despojos e não tardam a mudar ao local o nome para cabo de S. Vicente, que não mais perderá nem mesmo quando outro danado califa, Aliboacem lhe chamavam os filhos de Mafoma, tudo arrazou e destruiu, com excepção dos humildes habitantes, que conseguiram escapar-se à sua arábica sanha. Lá ficou nos escombros o corpo venerando de Vicente, por quem Deus velava. É remota tradição que dois dos antigos guardiões dos despojos vicentinos estiveram na batalha de Ourique, em cujo rescaldo os da proximidade de El-rei Conquistador terão do caso tomado conhecimento para, acto contínuo, o transmitirem ao monarca lusitano, que imediatamente se dispõe a perigosa incursão pelo reino dos Algarves, a fim de se recuperar o corpo do Santo-mártir; o que afinal, só vieram a conseguir mais tarde, em 1173, os arrojados lisboetas, guiados ainda pelos referidos dois cristãos moçárabes, com imenso gáudio do forte rei que os incitara e amparara. Naquela aventureira tarde de 15 de Setembro imediato, a nau escoltada pelos dois misteriosos corvos, a que o povo sempre inspirado não mais deixará de chamar «vicentes», arriba discretamente ao esteiro do Tejo, que terminava junto à escadaria de Santa Justa, paroquial primeira que vai ter o incomparável privilégio de se tornar condigna jazida cristã das benditas ossadas do santo aragonês. Lisboa-menina tinha encontrado o seu celestial

padrinho! Acto-contínuo, os primeiros e mais venturosos lisboetas de Jesus Cristo se apercebem do feliz evento e acorrem em massa incontida à modesta igreja até darem largas à sua mística exaltação, dois dias após,



A VENERAÇÃO DE S. VICENTE, segundo Nuno Gonçalves — Cópia do artista espanhol Juan Renau Berenguer

quando em soleníssima procissão, sob a alta presidência de D. Gilberto, a que também quer a todo o custo, estar presente D. Afonso Henriques, vindo expressamente da sua Coimbra, o venerando caixão é condignamente confiado à vetusta mesquita, agora remozada Sé, o primeiro templo do novo Reino cristão lusitano. Com que Fé não se orou ali dia e noite e todos cantaram os formosos hinos cristãos, naquele ora enriquecido como nenhum outro lugar sagrado! Era a primeira festa grande, celebrada por belíssima inspiração do seu povo na Lisboa de Cristo.

Durante vários séculos a nossa Cidade se engrandeceu pela viva devoção ao seu celestial Padrinho e se conservou ciosa da posse do seu maior tesouro; mas com o desastre de Alcácer-Quibir, tudo entre os Portugueses se perturbou e São Vicente vai também sendo esquecido, chegando a perder-se o depósito das suas sagradas Relíquias que, em 1692, com geral contentamento, se logra novamente encontrar entaipados na capela-mor da Sé, para afinal não muito depois o horrível cataclismo de 1755 destruir a famosa catedral, onde se baptizara o primeiro Santo verdadeiramente português, e as chamas consumiram o altar, túmulo e relíquias do grande Diácono de Cristo, em hora alta ali entusiasticamente depositados; salvam-se contudo, alguns poucos fragmentos que, de pronto, se recolhem num cofre novo de prata e expõem à veneração pública, no altar do lado esquerdo do transepto, assinalado devidamente com um vitral alusivo.

Apesar de todas as vicissitudes, o 22 de Janeiro de cada ano vai sendo celebrado mais ou menos discretamente com piedade até que o 1948 se pode considerar ano áureo, pois a Câmara Municipal de Lisboa, da presidência do coronel Salvação Barreto, com a plena aquiescência do Cardeal Patriarca, dá novo brilho às comemorações do dia do glorioso martírio vicentino, em Janeiro, que hão-de prosseguir enquanto houver genuínos portugueses.

E COM ADMIRÁVEL PROJECÇÃO NO MUNDO

Eis o que supomos constituir o mais significativo tríptico da santidade de S. Vicente, assim sintetizado:

- Na devoção dos povos
- Na nomenclatura toponímica
- Na hagiografia católica.

Encontramos ecos da fama vicentina um pouco por todo o mundo; mas onde notavelmente deixou sinais indeléveis da maior projecção foi na Itália, na França e sobretudo na sua Espanha e no nosso Portugal.

Na própria Roma, cedo lhe ergue a piedade do povo uma basílica junto ao Tre-fontane, onde São Paulo fora decapitado; por toda a Itália, devoção comparada à dos SS. Lourenço e Estêvão. E a própria autoridade máxima da Igreja inclui o seu venerando nome na Ladainha dos Santos.

Um manuscrito antigo refere que os santos despojos estavam ao tempo em que os primeiros corajosos portugueses deles tomaram conhecimento no Colégio, ao depois dos jesuítas em Douai, sul da França!... De pouca monta a confusa alusão, mas tem o mérito de atestar a devoção também por lá radicada.

Valência mediterrânica, com seu Hostal na calle de Sagunto; seus Carceles na Plaza de La Almoína, Santa Tecla na Plaza de La Reina, onde terá sido o palácio-tribunal de P. Daciano; e bem assim o de la calle de La Carcel de San Vicent; sua ermida de La Roqueta, onde o verdugo-prefeito, mais confuso que Juliano, lhe prepara fofa cama traiçoeira; e sua igreja com mosteiros de San Vicent de La Roqueta, onde o inconsciente pélagos não logrou tragar-lhe os ossos; e seu sepulcro de talha romano-cristã, vazio há mais dum século, no museu provincial da cidade constitui naturalmente o fulcro da heróica existência vicentina.

Entre nós, Lisboa, Braga, Porto, Faro e tantas outras cidades, vilas e aldeias bem portuguesas, como outros locais consagrados de há séculos ao excelso defensor da Fé cristã, são imorredoiros padrões do entusiasmo com que todos aqui receberam São Vicente.

E até na longínqua Dalmácia, se levantou ao nosso inesquecível Mártir a imponente basílica de Salona pelo decorrer de todo o século VI do calendário cristão.

São Vicente é em Espanha patrono celestial dos alfaiates e em Portugal valioso advogado das crianças enfermas!

Foi deveras impressionante, no decurso destes quase 17 séculos que já rolaram, a atenção que o nome de São Vicente mereceu da parte de muitos e distintos oradores sagrados e escritores das mais diversas procedências. Logo de início nos surge Barónio com as notáveis Actas do seu martírio; o grande Santo Agostinho, o maior Bispo do século V e porventura o mais alto teólogo, pregador e escritor de todos os tempos, dedica a S. Vicente alguns dos seus luzidos sermões; igualmente São Leão Magno, S. Paulino de Nola, S. Fortunato de Poitiers e a própria águia de Meau, o famoso Bossuet. O mestre Estêvão da colegiada de São Vicente de

Fora e Sé de Lisboa dele se ocupa largamente nos seus escritos, bem como os nossos clássicos André de Rêsende e mestre Gil Vicente que nos legou, além do mais, o belo auto de São Vicente. Nos últimos tempos, Dom Francisco Gomes, da Sé de Faro e o nosso melhor olissipógrafo que sem dúvida foi Júlio de Castilho, para só referirmos os principais trabalhadores da pena entre nós, e Vicente Boix com Martinez Aloy entre os castelhanos, em muito contribuíram para a exaltação do glorioso exemplo de Vicente de Huesca.

O bom povo, no seu invejável senso místico e patriótico, não se cansou nunca de dar largas ao seu verdadeiro entusiasmo em prol da atraente figura heróica de Vicente! Aí está o braço de armas⁽¹⁾ da nossa velha Lisboa, cuja explicação corrente é a de que as armas da cidade aludem à embarcação que no reinado de Dom Afonso I transportou para Lisboa as relíquias do mártir São Vicente, encontradas na igreja deste nome, no cabo dos árabes no Algarve e aos dois corvos que as acompanharam. Confirma Duarte Nunes de Leão na sua *Descrição de Portugal*, referindo a chegada das relíquias a 25 de Setembro de 1176. Mas segundo o breviário bracarense, já impresso em 1549, foi em 1173. O imponente convento de S. Vicente de Fora das muralhas árabes com as duas artísticas estátuas do Santo, que lhe dá o nome, e tantas outras imagens do nosso mais venerado Santo por toda a terra lusitana dispersas, como a que enriquece a admirável frontaria do convento joanino de Mafra; e tantos templos, lugares ou simples sítios de maior ou menor categoria têm podido ostentar garbosamente através dos tempos o sempre respeitado e querido nome de São Vicente — sem dúvida, um dos mais invocados ao longo da nossa secular vida nacional. É São Vicente padroeiro principal da Diocese algarvia e, além do Cabo ou pontal que ali, desde há oito séculos, ostenta o seu bendito nome, temos em Portugal inteiro, daquém e dalém-mar, desde o florido Minho à longínqua Timor, como que perdida na imensidão do infindo Pacífico, mais de cem vezes repetido o estimulante e honrosíssimo nome de Vicente, pelos melhores portugueses atribuído através dos tempos às suas terras e serras, às suas igrejas e capelas, às suas ilhas e cabos e até aos seus rios e filhos, para seguirem os altos exemplos de seus maiores, Dom Afonso Henriques, que já em 1147 o dava ao seu primeiro mosteiro, ou Dom Manuel I que com ele venturosamente baptizou a histórica Torre de Belém, na sua primitiva designação — Castelo de San Vicente da par de Belém!

(1) O seu alvará definitivo foi, a requerimento da Câmara, definitivamente mandado passar em 1897 por Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I.

BIBLIOGRAFIA

- Breviários Romano e Bracarense.
Missal Romano.
Dic. Portugal — 4.º volume.
Lisboa Antiga, de Júlio de Castilho.
Revista Municipal — publicação da C. M. de Lisboa.
A palma da Vitória — J. M. Teles Baltazar.
Vida de S. Vicente, mártir — Boa Imprensa, Porto.
A Nau e os Corvos — Suzanne de Chantal.
San Vicente Mártir en Valencia — mis. del Corazon de Maria.
A Torre de Belém — J. Sousa Neves.
Problemas históricos em torno a San Vicente Mártir — Prof. Vicente Castell Marques — 70.
El brazo de San Vicente Martir a Valencia — Carta pastoral de su arzobispo — 24-5-70.
Novena a San Vicente Martir — Valencia.

BENTO DE MOURA PORTUGAL

NA LISBOA DO SÉCULO XVIII

por ABÍLIO MENDES DO AMARAL

MOIMENTA DA SERRA (à guisa de Intróito)

ESTA linda e airosa aldeia, aninhada no sopé dos Hermínios, para as bandas do Norte, é estância de paz, beleza e saúde. Termo limitado pela corrente de várias ribeiras mas comunicando com os vizinhos através das pontes Pedrinha, Bandoiva, Sessada e Moitas, é, por seus vinhedos, pomares e pinhais, um jardim verdejante e apetecido.

Região povoada desde o advento do Homem, possui em si e nas proximidades vestígios dessa presença: sepulturas rupestres, primitivos castrejos ainda assinaláveis, ruínas dum maior agregado (o Crasto), donde proveio para o Museu Etnológico um bronze votivo ibérico, assim classificado por Leite de Vasconcelos.

Ao longo dos séculos, por motivo dos embates com povos invasores, participou da existência ora calma ora angustiosa da raça. Conheceu Viriato na sua gesta alucinante; os cônsules romanos que fizeram erguer castelos, abrir estradas e lançar viadutos, ainda hoje em serviço; os Visigodos e as suas igrejas cristãs; Fernando Magno da reconquista e o seu «maior alvazil de todas as Hespanhas», esse célebre conde D. Sisnando; Egas Moniz e seus filhos (v. Viegas e Sueiros) que por estas brenhas caçaram ursos e javalis; e pelo tempo adiante todos os construtores da Nação em cujos destinos se integrou, marcando lugar e presença. Em 1810, Beresford teve ali o seu Quartel General.

Por Carta de D. João I (Coimbra, 19 de Abril de 1423, Era de César) foi doada a Álvaro Gil Cabral que serviu em Ceuta e foi alcaide-mor

da Guarda, e, por confirmações sucessivas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II se conservou na família do grande navegador Pedro Álvares Cabral (ou Pedro Álvares de Gouveia, como se diz no instrumento que lhe entregou o comando da Armada descobridora do Brasil); sua irmã teve o nome de Violante de Gouveia, seu pai casara com D. Isabel de Gouveia, filha de João de Gouveia, como seu avô o havia feito com D. Teresa Novais de Andrade, viúva de Estêvão Soares de Melo — tudo gente muito querida da geração dos «altos infantes».

Em Moimenta, a sucessão dos Cabrais, de pais para filhos, ter-se-ia dado na linha Álvaro Gil Cabral → Luís Álvares Cabral → Fernão Álvares Cabral → Fernão Cabral → João Fernandes Cabral. O Fernão Álvares fora avô de Pedro Álvares Cabral; Fernão Cabral foi o pai; e João Fernandes, o irmão mais velho (*Crónica do Conde D. Pedro*, por Azurara; *Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes; *Frei Gonçalo Velho*, por Ayres de Sá).

De Moimenta da Serra (moymenta — 1385, moymenta da par de gouuea — 1433, Mumenta — 1597, Moimenta da Serra, Moimenta da Serra da Estrela, Moimenta da Beira termo de Gouveia, Moimenta da Beira da serra e Moimenta de Trás de Serra) seria aquele Duarte de



Pedra armoriada, existente em Moimenta

Mendonça Arrais, físico-mor de D. João IV e autor de várias obras sobre Medicina e Filosofia, cantado por Soror Violante do Céu. E nessa altura, como o afirma a formosa pedra armoriada, cuja foto reproduzimos, ali existiam representantes de Carvalhos, Coelhos, Cunhas e Brandões, com as suas capelas e sepulturas, e cuja importância era bastante para o recomendar ao monarca.

Há quem atribua ao P.^o José Maria da Costa e Silva (que ainda conheci) a afirmação de, quanto aos Cunhas, se tratar daquele Tristão navegador e chefe da Embaixada de D. Manuel ao Papa Leão X. Ora, se não transformaram em certeza o que não haveria passado de mera hipótese, ele ter-se-ia deixado influenciar pelo apelido ou por algum vestígio de epitáfio lido ou encontrado algures? Embora eu tratasse o caso em «Apontamentos Eclesiásticos», lembrarei que os Carvalhos haviam instituído a sua capela do Espírito Santo; Tristão Carvalho da Cunha (na História Eclesiástica de Coimbra erradamente lhe chamaram Tristão Carneiro da Cunha) criou a de S. Brás; a mulher de Tristão era D. Ângela *Brandão*. Tenho presente cópia de assentos de óbito, de 1684, que lhes respeitam e nos elucidam.



Casa onde o Dr. Bento passou sua infância

Pouco depois, ou seja em princípios de Setecentos, deve ter sido edificada a casa de que Mestre Fortunato Anjos nos dá um significativo apontamento, cuja reprodução fotográfica devemos à gentileza do Eng.º Sérgio Marques Silva Duarte Capote, que há pouco adquiriu o quadro.

É conhecida por *Casa da Torre* e nela passou a infância Bento de Moura Portugal, nascido em Moimenta, em 21 de Março de 1702. Por bastardia, tinha por ascendentes os Marquês de Castelo Rodrigo e os Condes de Vimioso, provindo estes do 1.º Duque de Bragança, filho de D. João I, e casado com D. Beatriz Pereira, filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

No Termo de Gouveia, nomeadamente em Rio Torto, Nespereira e Vila Nova de Tazem (e noutras terras do país) se fixaram vários representantes desse ramo da família. Até pela via dos bens materiais, o Marquês de Castelo Rodrigo estaria ligado à região, visto ser donatário da vizinha localidade de Paços (T. T. Chancelaria de Filipe 3.º — L.º 4, fl. 58 v.).

I

SERVIR O DIABO... POR AMOR A DEUS

Não obstante haver escrito diversas vezes a respeito do Dr. Bento de Moura Portugal, venho hoje dar publicidade a novos elementos chegados até mim. Mas como o tempo abafa depressa, entre tudo o mais, as nossas palavras, haverá que relembrar, de fugida, as mais significativas pegadas do homem etiquetado assim por Osterrieder:

— «*Depois do grande Newton em Inglaterra só Bento de Moura em Portugal.*» (1)

«Supõe-se» — e com bons fundamentos, digo eu — «ter feito preparatórios com os padres da Companhia de Jesus, em Gouveia»; com bons fundamentos, se não melhores, não me parece crível que fosse no Colégio... pois na juventude do descendente do Marquês de Castelo

(1) *Portugal — Esteves Pereira.*

Rodrigo ainda os jesuítas não se achavam estabelecidos naquela vila. No entanto, mesmo sem Colégio...

Que fora estudante em Génova e se formara em Leis em 11 de Maio de 1731 na Universidade de Coimbra; se incumbira de missões diplomáticas nas cortes de França, Inglaterra, Alemanha e outros países; como o singular Luís António Verney e outros, fora bolseiro de D. João V⁽²⁾, tendo gasto oito anos nesse estágio por centros da Hungria e mais partes famosas; se dedicara às ciências exactas, cujos princípios applicara na prática e a tal nível que foi admitido na Real Sociedade de Londres.

Cavaleiro-fidalgo por Alvará de 24-3-1750, tão breve girava na Corte como regia aulas novas de Filosofia Natural na Universidade de Coimbra ou intervinha na Fundição de Artilharia da Comarca de Tomar; no enxugo dos pântanos do Ribatejo (Vila Nova de Magos, Juncal e Tresoito); na instalação dos serviços das barcas de Vila Velha, Sacavém ou Porto; nos engenhos de elevar as águas; na modificação dos barcos, no uso prático da máquina pneumática — pondo em execução os seus inventos.

Homem culto e viajado, cidadão do mundo, espírito acima do convencional e do mesquinho, talvez nem se apercebesse dos perigos a que se expunha ao traduzir em palavras de «uma galantaria imprópria» os seus esclarecidos, lógicos e até despretensiosos pensamentos. E, por tal delicto, sofreu primeiro as graças da Inquisição e passou mais tarde «à categoria de criminoso», só deixado em paz depois do seu falecimento, em 1776, no Forte da Junqueira, onde permaneceu 16 anos⁽³⁾. Mesmo em tais condições e lugar, em vez de dormir, às escondidas e com o fumo da candeia e um estilete qualquer, vai febrilmente enchendo os tais vinte e oito cadernos com a descrição dos seus inventos⁽⁴⁾.

Tão natural e humana regra de vida havia chamado a atenção dos esbirros do Santo Ofício. E pronto: tal envolvimento desviara-o das tarefas de promoção social e apetrechamento do país, enredando-o na perigosa e aglutinante teia-de-aranha em que foram inutilizados tantos dos nossos melhores valores.

Respiguemos, de A. Baião, o que baste de momento⁽⁵⁾.

(2) *Portugal e a Cultura Europeia* — J. S. Silva Dias.

(3) *Memória apresentada à Academia...* — U. Machado.

(4) *Inventos e vários Planos...*, edição de A. Ribeiro Saraiva.

(5) *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, II vol. — António Baião.

— Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento, do Convento de Jesus dos Cardais, fora à Inquisição denunciar em 1743

«hũ sogeito secular, por nome Bento de Moura Portugal, natural de Moimenta da Serra da Estrella, que tem o officio de engenheiro, e por cujo respeito lhe dá S. Magestade carruagem para andar nesta corte, aonde assiste em hũas casas, que estão defronte de hum oratorio no meio de hua travessa, que vai ter do Chiado às casas do Visconde de Barbacena.»

E Fr. Francisco extraiu, da própria narração, o conceito de «o tal sojeito por ser bastante subtil e ao mesmo passo muito amante da sua opinião, causará damno e prejuizo às almas...»

Então por que diabo hão-de causar dano e prejuizo às almas, o claro e subtil entendimento e o bem e ordenado de raciocínios e opiniões?

Seguiu-se o P.^o Pedro Mendes Lourenço que citou, como abonatórias das suas acusações, várias «pessoas discretas do Sardoal, onde elle costuma ir passar algum tempo, em casa do capitão-mor Francisco Xavier de Mendóça.» E lá foram ouvir Jacinto Serrão da Mota, «da nobreza da vila», o P.^o Manuel Álvares, capelão de Francisco Xavier, Manuel Freire Peixoto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e «dos principaes do Sardoal», Ambrósio Custódio Ferreira de Miranda, Bento Manuel de Moura, fidalgo da Casa Real e filho do Mendóça, e também este, e mais outro fidalgo da Casa Real, o António Brandão de Cordes Pina e Almeida.

Até o acusaram de afirmar que não havia possessos nem demónios, de duvidar que Herodes houvesse mandado degolar os inocentes!

O Comissário de Abrantes, que fora presidir às inquirições, concluiu que tudo ali declarado, e transmitido aos católicos, fora aprendido com os hereges e exposto com uma galantaria imprópria de matéria tão gravíssima.

Em Lisboa, ou mesmo em Gouveia, o Dr. Bento deve ter conhecido o prior de S. Paio, Doutor Conservador Gaspar Afonso da Costa Brandão⁽⁶⁾, então futuro cónego da Sé de Lisboa e Bispo do Funchal, onde seria confirmado por Bento XIV em 1756⁽⁷⁾. Talvez até mantivessem cordiais relações...

(6) *O Convento da Madre de Deus de Vinbó* — Abílio Mendes do Amaral.

(7) *História da Igreja*, vol. IV — Fortunato de Almeida.

Pois este senhor, já em Lisboa, por duas vezes se dirigiu por escrito à Inquisição, a denunciar «*frases heréticas lançadas porventura irrefletidamente*» pelo seu conterrâneo Dr. Bento. Santo varão, santa malícia, santo tribunal...

Enfim, valendo-se de seus extraordinários recursos mentais e da protecção real, venerado por contemporâneos ilustres de dentro (como os Meninos de Palhavã, de que foi mestre o nosso Padre «Govea») e de fora do país, lá conseguiu safar-se, depois de se retratar (1748).

Como se verifica, nesse melindroso «descalçar de bota» com a Inquisição consumiu ao redor de cinco anos. E era homem de prestígio e valor, como sem querer o comprova Fr. Francisco de Jesus, ao referir-se-lhe no citado depoimento:

— «... e por cujo respeito lhe dá S. Magestade carruagem para andar nesta corte, aonde assiste em hūas casas, que estão defronte de hum oratorio no meio de hua travessa, que vai ter do Chiado às casas do Visconde de Barbacena.»

Do lingüarejar do frade, mais uma coisa se aproveita: o ficar-se ainda a saber onde era, em Lisboa, a casa do notável engenheiro.

Não menos significativa é a notícia dada pela «Gazeta de Lisboa», de 6 de Fevereiro de 1742:

— «A Rainha Nossa Senhora, com os principes, e o senhor infante D. Pedro foram hoje a uma das casas reaes do Campo do sitio de Belem, a que chamam da praia, e alli viram as operações de duas machinas, as quaes por meio do peso do ar e da força do vapor levantavam agua, dando o frio occasião a que o peso do ar pudesse tornar a reduzir em agua os vapores em que o calor a tinha transformado. El-Rei Nosso Senhor, com o principe e o infante D. António, tinham já visto a operação d'estas machinas, que são as que os ingleses chamam simples, as quaes em terras abundantes de lenha, são de grandissima utilidade.»

Historia a invenção das máquinas — a da elevação da água e a de esgoto, por meio do vapor — esclarecendo:

— «... que o movimento por si mesmas, com mais algumas circumstancias attendiveis (se deve) ao Dr. Bento de Moura Portugal,

superintendente e conservador das fabricas reaes da fundição d'artilheria da comarca de Thomar socio da real sociedade de Londres, o qual assistiu ás mesmas operações, e fez armar as maquinas.»⁽⁸⁾

II

NO FORTE DA JUNQUEIRA

Em 1960 e em 1961, publiquei umas breves referências ao cientista que em Moimenta da Serra tem um monumento, que ficará devendo ao falecido Eng.^o Francisco dos Santos, que à mesma localidade deixou fortuna e preciosidades⁽⁹⁾.

Este monumento, há meses oficialmente inaugurado pelo presidente da Câmara Municipal de Gouveia, Prof. José Manuel Henriques Pires Neves, compõe-se de um busto do homenageado, bronze do escultor Armando de Mesquita, assente num hermes, lavrado pelo canteiro António Martins da Agra, de Mangualde da Serra.



⁽⁸⁾ Gazeta de Lisboa, de 6-2-1742.

⁽⁹⁾ «Notícias de Gouveia», de 12-6-1960 e 12-2-1961; «Diário Popular», de 7-7-1959.

Também ainda naquele primeiro ano, ao tratar doutra localidade do termo, aproveitei para lembrar que do casamento de D. Afonso de Portugal, 5.º Conde de Vimioso e Marquês de Aguiar, com D. Madalena de Moura (no *Dic. Portugal* chamam-lhe Maria), filha do 1.º Marquês de Castelo Rodrigo, se originara o ramo Moura Portugal.

O Dr. Bento de Moura Portugal, filho de Manuel de Moura Castanheira e neto de Pedro Castanheda Moura, quando preso no Forte da Junqueira, onde fora parar, em 1760, por se permitir discorrer sobre a inocência dos Távoras, escrevera com ferrugem e o fumo da candeia, às escondidas e a horas mortas, uma *memória* dos seus inventos — que, por circunstâncias especiais, não será ocioso referir.

Como já fora contado, por mim e por outros, tais papéis escaparam à vigilância e, por trancos e barrancos, acabaram por sair das mãos do Conde de S. Lourenço para as do Dr. José Joaquim Simões de Paiva (pelo menos por cópia), natural de Paços da Serra, Juiz de Fora em Amarante, dedicadíssimo amigo do sábio moimentense⁽¹⁰⁾. Extraiu nova cópia e elaborou uma representação dirigida a D. Pedro III, solicitando os seus favores em benefício dos descendentes de Bento de Moura, nomeadamente de José Caetano de Moura Portugal⁽¹¹⁾. Não resultou.

Ainda viria a ser um sobrinho de Simões de Paiva quem, com a valiosa cooperação do estudante de Leis António Ribeiro Saraiva, futuro delegado especial da Princesa da Beira e representante de D. Miguel na corte de Londres, poeta e jornalista, proprietário de solar brasonado na sua aldeia de Paços e duma grande propriedade rústica denominada Crasto, dera à estampa, em 1821, em edição da Imprensa da Universidade, o que restava dos *Inventos*.

Nos primeiros tempos de prisioneiro, Bento de Moura manteve o seu natural bom-humor e a característica vivacidade de espírito. Ocupava o aposento onde estivera o Padre Malagrida, por sua vez transferido para outro.

Persistindo naquela franqueza que tão bem ia ao seu orgulho de homem digno e consciente, no interrogatório a que fora submetido, logo de entrada, declarou ter falado na inocência dos Távoras e dos padres da Companhia, esclarecendo ser «*essa lá fora a opinião de todas as pessoas de gravata lavada*»⁽¹²⁾.

⁽¹⁰⁾ B. Nacional, Secção de Reservados — FG 10751.

⁽¹¹⁾ B. Nacional — Res. 218 P.

⁽¹²⁾ *As prisões da Junqueira*, obra do Marquês de Alorna, publicado em 1822 pelo P.º José de Sousa Amado.

Apesar de posto «na pior das casas escuras», na prisão n.º 7, mantinha a sua optimista ironia ao explicar «*que se achava muito bem com esta casta de vida, na qual pelo silêncio se lhe tinha avivado a idéa para descobrir muitas cousas...*»

E na verdade, seu espírito criador e inventivo, sempre em actividade, levou-o à lúdica distracção de escrever, escrever às escondidas e utilizando os meios já referidos.

Ora a resistência não é ilimitada. As más condições de vida abalaram-lhe a saúde. Por falta de trato e de remédios, o mal agravou-se. E um dia tentou cortar o pescoço.

«*Perdeu o sono quasi de todo; esquentou-se-lhe com isso muito a cabeça e chegando a transtornar-se-lhe inteiramente os miolos...*»

O Desembargador ordenara que outro prisioneiro, o P.º José Moreira, fosse fazer-lhe companhia. Por virtude dessa benéfica influência, o doente melhorou. Mas foi sol de pouca dura, pois acabou por succumbir, depois de ali passar 16 anos (1760-1776) e a cerca de um da libertação geral, vinda por morte de D. José.

Um outro prisioneiro, mandado fazer companhia ao Engenheiro dos Inventos, foi o «Marquesito». Por esta designação, como toda a gente sabe, era conhecido o jovem D. Martinho de Mascarenhas, filho do Marquês de Gouveia e Duque de Aveiro, supliciado e queimado em Belém; ali, existe ainda um padrão a assinalar o chão salgado em que se erguia então um dos seus palácios⁽¹³⁾.

Este moço permaneceu 19 anos no Forte da Junqueira e, pondendo vir a desfrutar uma das maiores fortunas do País, mercê da que à dos pais se juntaria a que viria do casamento ajustado com D. Margarida de Lorena, viveu quase de esmolas, durante o resto da vida. Removeram-lhe a nota de infâmia, mas nunca lhe restituíram os bens patrimoniais.

Três petições foram dirigidas superiormente, a solicitar reparação de injustiça praticada sem base legal: uma redigida pelo Marquês de Alorna, em que o suplicante «*prostado diante do Trono*» faz apelo à piedade; outra pelo grande e famoso Mestre de juristas, Pascoal de Melo, numa lógica cerrada e sem subserviências, percorre o caminho feito pela Justiça, deduz e argumenta com a maior limpidez, afirmando que «*os filhos não podem ser punidos pelos pecados dos pais*», pelo que «*o supli-*

(13) *Os Palácios dos Marqueses de Gouveia; Gouveia no Ducado de Aveiro* — Abílio do Amaral.

cante se atreve, não só a aparecer aos seus compatriotas; mas a requerer a vossa majestade os morgados da Casa de Gouveia: e nenhuma nem outra coisa fizera, se não julgasse e entendesse...»⁽¹⁴⁾; a terceira foi da autoria do advogado Francisco Xavier da Costa que, no juízo do Intendente Geral da Polícia, escreveu «o arrezoado mais atrevido, que se fez em Portugal, desde que este Reino principiou» — opinião formada em face das doutrinas «infectas e abomináveis» que nele se continham⁽¹⁵⁾.

O Intendente, no seu Edital, queria referir-se a passagens como esta:

— «O poder Supremo da Coroa não provem de direito de Conquista, mas sim de Jurisdição delegada ao principio no Snr. Rey D. Affonço Henriques [...] q' o poder Regio está originalmente nos Povos, eq'delles o recebem immediatamente.»

Na verdade, o brioso causídico, ao redigir a Petição, fez o gostinho ao dedo. Provou erudição, clareza e altura de pensamento, coragem serena e forte, noção do dever e orgulhosa independência — ao denunciar a injustiça e provar a nulidade da Sentença.

Foi preso e deportado para o Brasil, em conformidade com a *ultima ratio* pragmática e onnipotente, mas... escreveu para a História.

(Continua)

(14) *Processos Célebres* — Brito Aranha.

(15) B. da Ajuda, Ms. 52-X-3, n.º 120.

A LUÍS DE CAMÕES

NAS CELEBRAÇÕES DO 4.º CENTENÁRIO
DA PUBLICAÇÃO DA 1.ª EDIÇÃO DE «OS LUSIADAS»

Do teu génio ficou essa obra imortal,
De que a nossa Pátria se orgulha enaltecida;
Cantaste a Glória do pequeno Portugal,
Que em cinco continentes se viu engrandecida;

Sem esse cântico, em que o mundo admira
O esforço ingente dos nossos navegantes,
Nada dessa grande empresa então se vira,
Tudo ficaria mais pobre do que dantes.

Por isso te admiro, ó Poeta imortal!
As portas do Mundo foram então abertas
Ao progresso dos povos e do seu ideal.

Teu feito é tão belo como as descobertas!
De pequeno tornou-se grande — PORTUGAL
A quem Deus ajuda nas horas... incertas!

INOCÊNCIO CASTELHANO

Lisboa, 20 de Outubro de 1972.

GAGO COUTINHO

GEÓGRAFO

Conferência proferida na sede do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
em 25 de Junho de 1972

A apresentação do Capitão-de-mar-e-guerra, Engenheiro-Hidrógrafo Manuel Affonso Dias, a esta assembleia, em que há tanta pessoa de alta cultura, é redundância!

O Comandante Affonso Dias é aquele oficial da Marinha de Guerra que, durante 17 anos, chefiou a Missão Hidrográfica de Angola, definindo geodesicamente, cartografando, sondando, sinalizando e topografando portos, pesquisando sentidos de correntes marítimas — tudo, ao longo das 900 milhas da costa de Angola.

Este enorme núcleo de trabalhos define-o e caracteriza-o.

Não estão somente nos arquivos técnicos os seus relatórios; está a sua obra imensa patente na maravilhosa costa da grande província de África.

Maravilhosa: é assim que o comandante chama à Costa de Angola. Que mais dizer?

É beirão castiço, de Castelo Branco, o que mostra, praticamente, como tantos outros exemplos, que a Terra da Europa é um grande barco, onde toda a gente é marinheira ou está para o ser!

Pendor para as matemáticas e positiva inclinação para os trabalhos hidrográficos conduziram-no a entrar nesses serviços na costa de Portugal metropolitano, mesmo antes de fazer o curso da especialidade. Depois

do curso — que foi muito distinto — seguiu uma vida de trabalhos hidrográficos: Portimão, Fronteira do Zaire, Missão Hidrográfica de Angola.

Terminada esta, passou a cargos de direcção nos Ministérios da Marinha e do Ultramar, em serviços de hidrografia e geografia; mas esses cargos, que illustrou com o seu saber, o seu conselho e a sua superior competência, ficam todavia na penumbra que projecta o espantoso conjunto dos seus serviços na costa de Angola que, repito, o definem.

NOTA BIOBIBLIOGRÁFICA

Nascido em 6 de Agosto de 1897, em Castelo Branco.

Alistado na Escola Naval, como aspirante, em 9 de Agosto de 1917. Promovido a guarda-marinha em 4 de Fevereiro de 1921. Frequentou entre 1925 e 1929, sendo 2.º tenente, o curso de engenheiro-hidrógrafo, que concluiu com a classificação de «distinto».

Entre 1930 e 1934 prestou serviço na Missão Hidrográfica do Zaire, em que realizou importantes trabalhos de astronomia, geodesia e cartografia no curso inferior do rio, e produziu o seu plano hidrográfico desde a foz à Quissanga.

Em 1934, numa breve estadia no Continente, tomou parte no levantamento hidrográfico do porto de Portimão.

Em 1935 voltou ao Zaire, agora como membro da Comissão de Delimitação da fronteira entre o Congo Belga e Angola, nesse ano trabalhando na zona divagante do rio, entre Boma e a Pedra do Feitiço.

Em 1936 foi nomeado para chefe da Missão Hidrográfica de Angola, criada nesse ano, funções que desempenhou de 1.º tenente a capitão-de-fragata, até 1953. É neste período de 17 anos que realizou a extraordinária tarefa do levantamento hidrográfico completo das 800 milhas da costa de Angola, da lagoa Massábi à foz do Cunene, e dos seus portos e abrigos principais, tarefa tanto mais importante que foi necessário proceder às operações de astronomia e geodesia para criar uma rede de triangulação ao longo de toda a costa, em que se apoiaram depois os trabalhos de hidrografia.

Entre 1954 e meados de 1956 desempenhou as funções de Director do Serviço de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, responsável pela actividade deste departamento nas águas do Continente e Ilhas Adjacentes.

Entre 1956 e 1962 foi Director do Centro de Geografia do Ultramar, responsável pela cobertura geográfica e cartográfica de todo o Ultramar, e até 1960, data em que foi criado o Instituto Hidrográfico, também responsável pela cartografia náutica do Ultramar.

Foi autor de notáveis trabalhos da especialidade, e tomou parte em várias conferências internacionais, das quais se destacam a Conferência Internacional de Mônaco (Hidrografia) em 1957, e a Conferência Internacional de Fotogrametria em Tóquio, em 1960.

GAGO COUTINHO

GEÓGRAFO

pelo C. Mar e Guerra MANOEL AFFONSO DIAS

Em 17 de Fevereiro de 1869, na freguesia de Santa Maria de Belém, nasceu um indivíduo do sexo masculino a quem foi dado, pelo baptismo, o nome de Carlos. Filho de José Viegas Gago Coutinho, assentou praça aos 18 anos, cursou a Escola Naval, fez-se oficial de marinha e entrou na vida prática com o nome de Carlos Viegas Gago Coutinho. Com 21 anos incompletos terminou os seus tirocínios e foi promovido a segundo tenente. Como todos os oficiais de Marinha, serviu em vários navios de guerra, tornando-se um grande entusiasta da navegação de vela; desempenhou várias comissões de serviço, tanto no país como no estrangeiro, tanto no continente como no Ultramar; fazia parte da guarnição da corveta «Mindelo», do comando glorioso de Augusto Castilho, quando no Rio de Janeiro, recolheu a bordo os oficiais brasileiros, que em 1893 se insurgiram contra o governo do general Floriano Peixoto.

Grande devoto do mar, deixou-se prender pelos encantos dos seus segredos e dos seus mistérios, numa ânsia incontida de desvendar o que o mar ainda lhe escondia e foi voluntariamente, por devoção, que se entregou ao estudo das derrotas com que os valorosos marinheiros de Portugal dos séculos xv e xvi escreveram a grande epopeia dos descobrimentos; utilizou para isso as grandes viagens do transporte «Pêro de Alenquer» nas muitas travessias do Atlântico, quer partindo das lonjuras do Cabo Horn quer estabelecendo a ligação entre a Mãe Pátria e as misteriosas terras da nossa África.

Desde esse tempo o tenente Gago Coutinho navegou à vela em muitos mares e com muitos rumos, aprendeu a conhecer os ventos, familiarizou-se com as correntes, suportou duras tempestades e gozou as delí-

cias de longas quadras de bom tempo, e fez da Natureza, em todas as suas manifestações de grandiosidade, a escola em que verdadeiramente se moldou a sua grande alma de marinheiro.

Bem cedo, porém, começou a sentir-se atraído pela magia maravilhosa da ciência aplicada aos estudos da Terra. Ele, que já era grande nas ciências do mar, quis ir mais longe, quis desvendar os segredos da Terra como já fizera aos mistérios do mar, quis conhecer em toda a sua grandeza o preço que o homem paga para dominar a Natureza. A ciência da Geografia apareceu então a apaixonar os seus pensamentos e a atizar o fogo da sua febre criadora.

Com toda a força do seu «querer» virou-se para a Terra que tanto o seduzia e, por sonhar talvez com a vida aventureira dos grandes exploradores africanos, quis conhecer a selva com todos os seus problemas e quis criar em si a extrema ambição de poder legar ao mundo um pouco dos frutos do seu espírito esclarecido. Fez por esquecer o mar e guardando bem no fundo do seu coração de marinheiro todo o tesouro de emoções fortes que ele lhe deu a conhecer, virou-se para os mistérios da Terra para tentar compreendê-los.

Em 1898, quando não tinha ainda trinta anos, o tenente Gago Coutinho deixou o serviço da Marinha e pela primeira vez tomou o rumo do Ultramar, «por ter sido nomeado adjunto à Comissão de Delimitação da fronteira de Timor».

Na sua primeira comissão de serviço no campo da geografia, servindo-se de instrumentos relativamente simples e usando métodos que eram mais de oficial de marinha do que de cartógrafo, fixou 300 quilómetros de fronteira, empregando apenas uma bússola, um pedómetro, uma estadia e um pequeno teodolito de viagem, com os quais mediu os comprimentos e os ângulos. Fez observações astronómicas de latitude, de longitude e de azimute, servindo-se de um sextante de alumínio, de um horizonte artificial de mercúrio e de três pequenos cronómetros de torpedeiro. Com esta aparelhagem tão simples e tão resumida, fez o reconhecimento de grande parte da costa de Timor, a bordo da canhoneira «Thomaz Andrea» e recolheu grande soma de elementos de campo com os quais organizou uma carta, que cobre uma área superior a 3000 quilómetros quadrados. Embora apenas em esboço, esta carta prestou inestimáveis serviços em todos os sectores da Administração.

Logo neste primeiro contacto com os trabalhos de campo, se revelaram em Gago Coutinho as mais extraordinárias qualidades de geógrafo: observar com a necessária precisão para obter os resultados desejados,

SECRETARIA D'ESTADO
DA MARINHA E ULTRAMAR
DIRECÇÃO GERAL DA MARINHA

Repartição

Secção

N.º

Guia

Vai apresentar-se na Direcção Ge-
ral do Ultramar, por ter sido no-
meado a presidente da Comissão de
determinação de fronteiras de Timor, por
decreto de 17 de março do corrente an-
no, o 1.º tenente da Armada Carlos
Xuegas Gago Coutinho.

Director Geral das Marinhos 22 de
abril de 1898

O chefe da repartição
ad. l.º tenente Carlos
Xuegas Gago Coutinho

Guia de marcha com que Gago Coutinho se apresentou para a sua primeira
missão de geografia no Ultramar

simplificar os métodos de observação para poder andar depressa e improvisar soluções, quando não podia obtê-las de outro modo, por falta de aparelhagem própria.

Em Timor e dispozo apenas do seu sextante de alumínio e respectivo horizonte artificial de mercúrio e observando apenas estrelas, umas ao norte e outras ao sul do zenite, com alturas à roda de 45°, foi tal o cuidado posto nas suas observações e de tal forma se revelaram as suas qualidades de observador, que conseguiu, por exemplo para a estação de Batugadé, quatro valores para a latitude, que caíram dentro de 2" de arco.

Foi ainda com o seu sextante de alumínio e os seus cronómetros de viagem que resolveu o problema das longitudes, bastante mais delicado do que o das latitudes. Com eles observou o Sol todos os dias à mesma hora, com alturas aproximadamente iguais, para que não variassem muito, o estado da atmosfera e os valores da temperatura e da pressão e utilizando métodos, que eram mais de oficial de marinha do que de astrónomo, obteve valores da longitude suficientemente aproximados para com eles poder construir as suas cartas.

Nesta sua primeira comissão de serviço, a contos com a geografia do Ultramar, Gago Coutinho deve ter feito um verdadeiro balanço às suas qualidades de geógrafo. O resultado desse balanço deve ter-lhe dado a confiança necessária para afoitamente enfrentar todos os trabalhos do futuro.

Foram certamente as dificuldades encontradas nestes primeiros contactos com a realidade das coisas e a extrema modéstia, pobreza mesmo, dos instrumentos com que teve de resolvê-las, que contribuíram, mais do que nada, para espevitar no seu espírito a necessidade de improvisar métodos, de modificar sistemas, de simplificar maneiras de proceder na observação, de modificar e transformar normas de cálculo, sem nunca perder de vista a precisão dos resultados, que era tanto da sua devoção.

Ao terminar esta primeira prova, com os olhos cheios ainda da beleza nostálgica dos verdes da floresta timorense e regressado à Mãe Pátria, pela experiência adquirida, pela seriedade dos seus conceitos e pela justeza das suas informações no campo da investigação geográfica, Gago Coutinho, mal integrado ainda na vida buliçosa da sua Lisboa que ele tanto adorava, novos rumos se lhe depararam para alimento do seu espírito irrequieto. Depois de ter dado tão boas provas no desempenho da sua missão em Timor, foi escolhido pelo Governo para dirigir, por parte de Portugal, a demarcação da fronteira de Moçambique com a British Central Africa. Com esta nova missão, mais e mais se vincou

arduo trabalho de campo em um clima quente.

Reconheci assim toda a região que atravesei, tendo continuado a triangulação começada na fronteira e ligada com o monte mais alto da ilha, o Ramelau, que pela sua grande altura e pelo afiado do seu pico é um bom recurso para a ligação da minha carta com as dos terrenos para este de Dilly, ainda não reconhecidos.

Fossa outro mais competente do que eu continuar a carta de Timor e concluí-la é o meu desejo, e estou certo que assim se concorrerá para evitar na elaboração e em outros actos políticos graves erros geográficos, ^{como apleto} a que o recente desastre de Fatumia em 1895 principalmente foi devido.

Lisboa, 23 de junho de 1899

Gago Coutinho
1º Tenente da Armada
adjunto a Com.ª de limites de Timor.

em todo o seu ser a devoção ao trabalho e mais e mais se sentiu fascinado pelas maravilhas da ciência no campo da geografia e pela magia que o sertão africano levou ao seu coração de marinheiro. Aceitou, por isso, o encargo com alegria e caminhou para ele com todo o entusiasmo.

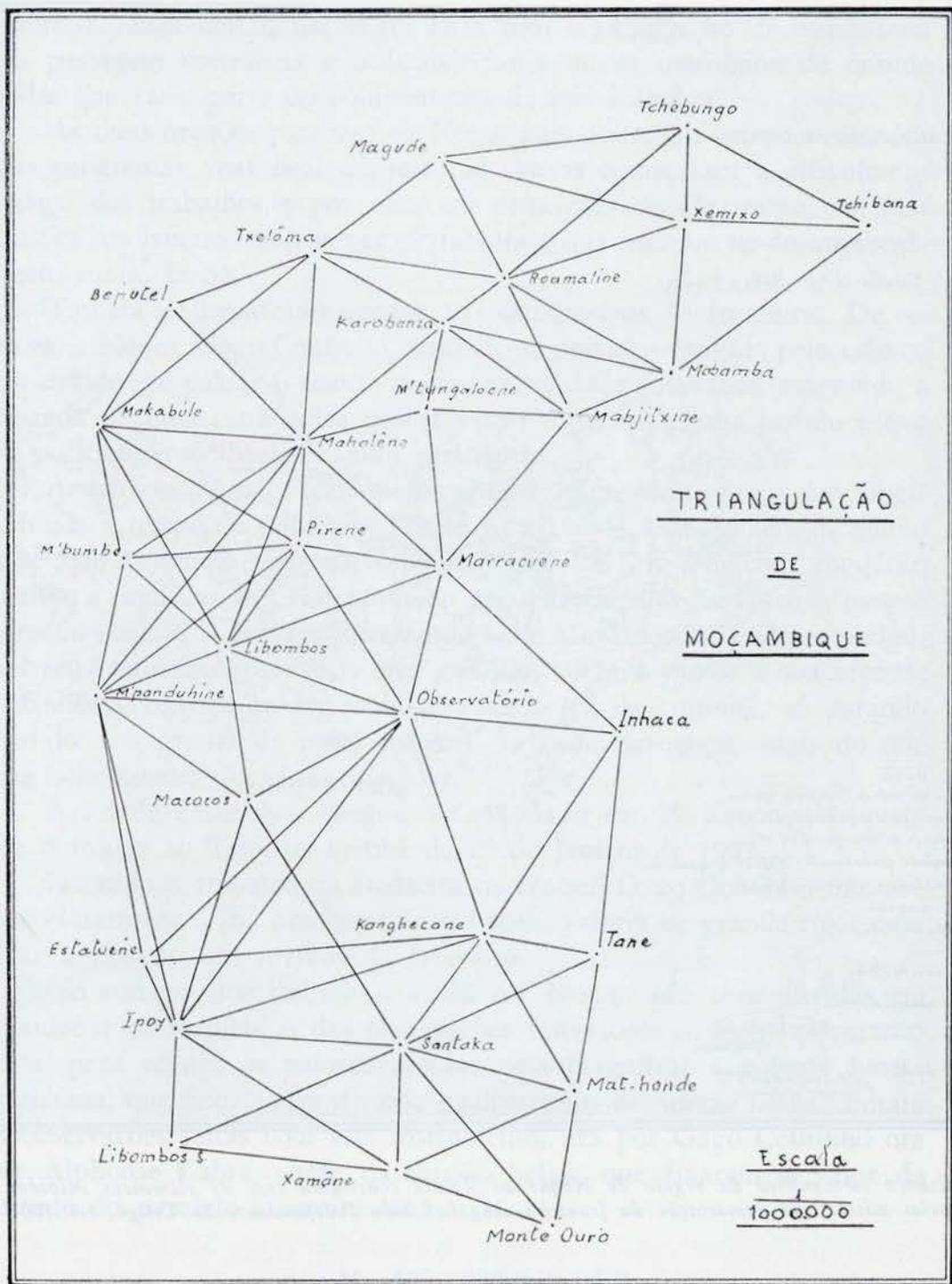
Empregou aqui todos os métodos que tinha ensaiado em Timor e sensivelmente com o mesmo êxito. Lançou uma triangulação ao longo da fronteira, assente sobre marcações verdadeiras para os picos mais bem definidos, constituída por triângulos de que raramente foi possível medir os três ângulos, mas na qual se obtiveram resultados muito aproximados, por virtude do método de observação empregado, que consistiu em multiplicar as observações e, conseqüentemente, os valores dos comprimentos dos lados. Sobre 70 vértices foram estabelecidos 333 triângulos, todos calculados trigonometricamente, definindo 315 lados diferentes, cujos comprimentos foram obtidos pelas médias de 596 resultados confirmados.

Para estes cálculos serviu de base o comprimento resultante da diferença de latitudes observadas nos extremos da rede, com o auxílio de um sextante e respectivo horizonte artificial. A ligação aos trabalhos da British Central Africa, através de um vértice comum, resolveu o problema das longitudes e a origem das cotas foi buscá-la ao porto de Quelimane por meio de um nivelamento regular, que terminou na confluência do rio Chire com o Zambeze.

Fora dura e trabalhosa a campanha da demarcação da fronteira com a British Central Africa, quase toda desenvolvida em plena época das chuvas e ao longo das regiões alagadas dos vales do Zambeze e do Chire. As inclemências do clima e a acção perniciosa da bicharada teriam vergado outro espírito menos forte. Gago Coutinho, porém, pondo à prova a robustez do seu arcaboço de marinheiro e na força sadia dos seus 30 anos, tudo levou de vencida e em 14 de Abril de 1901, acabado de chegar a Lisboa para ultimar os seus cálculos e desenhar as suas cartas, mal tendo tomado contacto com a vida de Lisboa, que ele tanto apreciava, seguiu mais uma vez a caminho de África, desta vez para fazer a demarcação da fronteira que, pelo norte, separa Angola do Estado Independente do Congo, desde Noqui, na margem do Zaire, até ao rio Cuango.

Para um trabalho de tanta responsabilidade, contou-se quase apenas, com o material velho e meio desmantelado que tinha servido à missão Fontoura da Costa na fronteira de Cabinda.

Trocadas as primeiras impressões com a missão belga, foi acordado determinar-se o valor da latitude do paralelo, que passa pela residência do Administrador de Noqui, que tinha sido escolhido para definir a





fronteira. Esta determinação foi feita com a observação de estrelas na sua passagem meridiana e utilizando uma luneta meridiana de grande poder que fazia parte do equipamento da missão belga.

As duas missões partiram de Noqui para leste, em cumprimento dos seus programas, mas bem depressa as chuvas começaram a dificultar o avanço dos trabalhos e por isso, em princípios de Dezembro, as duas missões resolveram interromper os trabalhos, que estavam tendo um rendimento muito fraco.

Tinham-se demarcado apenas 103 quilómetros de fronteira. De regresso a Noqui, Gago Coutinho, sentindo-se doente e cansado pelo esforço dispendido, vê passar o tempo numa inactividade enervante, esperando a chegada de uma canhoneira que tão insistentemente tinha pedido e que tão solícitamente lhe tinha sido prometida.

A canhoneira não acabava de chegar. Receando não poder atingir Cabinda a tempo de tomar o paquete para Lisboa, esse homem de ânimo forte que nenhuma contrariedade conseguia vergar, sem com ela lutar, mete-se a caminho de Cabinda, numa pequena embarcação de vela, mesmo sabendo como é violenta a corrente do rio e não desconhecendo os perigos dos seus redemoinhos e dos seus escolhos. Põe à prova a sua arte de marinheiro, navega ao longo do rio, na força da corrente, só parando quando o negrume da noite tropical faria da navegação mais do que uma temeridade, quase um suicídio.

A 24 de Dezembro chegou a Cabinda e em 29 tomou o paquete que o trouxe ao Tejo, na manhã de 20 de Janeiro de 1902.

Em todo o trabalho da fronteira de Noqui, Gago Coutinho mostrou bem claramente a sua preocupação em obter valores de grande rigor para fixar a posição dos marcos da fronteira.

No começo dos trabalhos, ainda em Noqui, não teve dúvidas em abandonar os resultados das observações feitas com o seu modesto sextante, para aceitar os valores obtidos pela magnífica e potente luneta meridiana, que fazia parte do rico equipamento da missão belga. Foram as observações feitas com este instrumento, ora por Gago Coutinho ora por Alphonse Cabra, chefe da missão belga, que fixaram o valor da latitude do paralelo fronteira em:

$$\varphi = 5^{\circ} 52' 02''.5 \pm 0''.9$$

que foi obtido pela média das observações de 60 estrelas ao norte e ao sul do zénite e com o círculo da luneta a E e a W do meridiano.

Não se julgue, porém, que Gago Coutinho abandonou os resultados das suas observações, feitas a sextante e horizonte artificial, por eles se afastarem muito dos obtidos com as observações feitas com a luneta meridiana. Gago Coutinho, observando 112 estrelas, ao norte e ao sul do zénite, com o seu modesto sextante de alumínio e o seu horizonte artificial de mercúrio, tinha obtido para o mesmo marco de Noqui o valor de:

$$\varphi = 5^{\circ} \ 52' \ 00''.5 \pm 0''.9$$

Uma diferença de 2'' apenas, nos valores da latitude, obtidos por meios de observação tão diferentes, fazendo realçar as suas extraordinárias qualidades de observador, marca bem claramente o espírito conciliador de um homem verdadeiramente superior.

Depois de um pequeno interregno que mal chegou para pôr os nervos em ordem e para retemperar um pouco as forças abaladas, Gago Coutinho, sentindo-se cada vez mais apaixonado pela misteriosa grandiosidade dos sertões africanos, sentindo a nostalgia da solidão e saudoso da vida errante em que tanto confidenciou com os astros, voltou ao seu labor de geógrafo, desta vez para fazer a demarcação das fronteiras de Moçambique, no distrito de Tete, ao norte e ao sul do Zambeze.

Desta vez confiava absolutamente nos resultados da sua nova missão, porque pela primeira vez na sua vida não lhe faltaram os meios materiais de que necessitava para o seu cabal desempenho.

Sem perda de tempo iniciou a subida do Zambeze a bordo da canhoneira «Granada» para ir encontrar-se em Tete com a missão inglesa. Juntamente com o major O' Shee, chefe da missão inglesa, Gago Coutinho estudou o problema das longitudes para se poder fixar o ponto de partida para a demarcação da fronteira.

Levando as suas observações feitas no alto da Serra da Karoera, para os picos mais altos e mais conspícuos das proximidades de Tete, conseguiu uma ligação aos seus próprios trabalhos de 1900, quando fez a fronteira com a British Central Africa. Com esta ligação, foi possível deduzir para o marco de Tete um valor para a longitude.

Mas o rigor desta longitude não satisfez Gago Coutinho e então, juntamente com o major O' Shee da missão inglesa, estudou a forma de receber em Tete, directamente pelo telégrafo, a hora do observatório de Cape Town para se poder obter para Tete uma longitude da maior confiança.

As observações da hora local e a transmissão da hora de Cape Town, feita directamente do observatório, permitiram determinar um valor da longitude, que diferia da primeiramente obtida pela triangulação, apenas de 6".

Simplemente extraordinário este homem que nunca se deixou vencer pelas maiores dificuldades!

Entusiasmado com os resultados obtidos e trabalhando sempre em completo e cordial entendimento com a missão inglesa, Gago Coutinho partiu para o norte, com rumo ao ponto onde ia começar os seus trabalhos. Pelo caminho foi lançando uma triangulação capaz de transportar para a fronteira a longitude obtida em Tete.

Enquanto se ultimam os cálculos da triangulação, aproveitou as noites para fazer uma determinação cuidada da latitude de partida. Observou passagens meridianas de estrelas com o seu círculo meridiano, enquanto o major O' Shee observou circum-meridianas com o seu teodolito de micrómetros. As médias dos dois observadores, caindo dentro do mesmo segundo de arco, fixaram para o Marco de Missale, ponto de partida para a fronteira, o valor final de:

$$\varphi = 14^{\circ} \ 06' \ 08''.0 \pm 0''.20$$

Escolhido o ponto de partida para a demarcação da fronteira, as duas missões largaram para oeste e atingiram a margem do rio Luângua, que foi tomado como fronteira, desde o paralelo de 15° até à sua confluência com o Zambeze.

A 22 de Agosto, depois de ter percorrido toda a fronteira do distrito de Tete, ao norte do Zambeze, num total de 343 km, Gago Coutinho chegou ao Zumbo. Confrontando os seus resultados com os resultados do major O'Shee, verificou não haver concordância, no que respeita ao encontro da fronteira com o rio Luângua, que é, ao mesmo tempo, o ponto onde se encontram o Luângua e o paralelo de 15°. Este ponto está assinalado com um marco da grande triangulação do meridiano de 30°, conhecido pelo nome de «Marco do Dr. Robin».

Com o intuito de procurar a concordância, voltaram atrás e repetiram as observações até que as duas médias caíram dentro do mesmo segundo de arco. Para isso foi necessário observar cerca de 300 estrelas.

Com estes resultados, foi fixado o valor da latitude do marco «Robin» em:

$$\varphi = 15^{\circ} \ 00' \ 01''.0 \pm 0''.25$$

Na margem do rio foi então construído o marco n.º 1 da fronteira, começando com ele a demarcação definitiva.

Os trabalhos continuaram para leste, em bom ritmo, com a construção dos marcos.

Em 9 de Novembro as duas missões atingiram o extremo da fronteira, sobre o paralelo de 14°, onde as observações de latitude orientaram a construção do marco n.º 38.

Porque já chovia com muita insistência e porque tinha sido muito grande o esforço desenvolvido, as duas missões interromperam os trabalhos e separaram-se, só voltando a encontrar-se, quando terminadas as chuvas, para começarem a campanha de 1905.

Na sua marcha para o sul, Gago Coutinho aproveitou todos os momentos de bom tempo para completar o reconhecimento da região, para poder desenhar a carta com mais detalhes.

A 9 de Dezembro a missão portuguesa regressou a Tete com sete meses de campanha, nos quais foram percorridos mais de 2000 km, quase sempre a pé.

Depois de uma campanha tão longa e tão dura, o estado de saúde dos dois adjuntos aconselhou o seu regresso a Lisboa. Gago Coutinho, porém, ficou. Foi retemperar as suas forças no bom clima de Cape Town e em Abril estava pronto para nova arrancada.

Para substituir os dois adjuntos doentes chamou para a sua companhia o 1.º tenente Vieira da Rocha que viria a ser o seu grande companheiro nas lides da Comissão de Cartografia.

Terminado o mês de Abril, as duas missões encontraram-se novamente para continuarem os trabalhos da fronteira, agora ao sul do Zambeze.

Dentro do mesmo ritmo e num ambiente de bom entendimento, os trabalhos recomeçaram pela medição de uma base na planície que se estende ao sul de Tete e pelo estabelecimento de uma triangulação, que os levou para o este, até ao Zumbo.

Foi necessário fixar no terreno a posição do paralelo de 16° e definir o ponto em que este paralelo corta a longitude da confluência do rio Luângua com o Zambeze, onde tinha vindo bater a fronteira do norte, no ano anterior.

Para tudo isto, foi necessário fazer muitas e muitas observações de latitude, pelo major O'Shee com o seu teodolito de micrómetros e por Gago Coutinho com a sua luneta meridiana. Os resultados obtidos por um e por outro foram sempre de grande concordância.

Caminhando agora em sentido contrário, as duas missões procederam à construção dos marcos. Ao atingirem o extremo leste, no rio Maze, tinham construído 29 marcos de alvenaria, ao longo dos 320 km da fronteira.

Na demarcação das fronteiras do distrito de Tete, como em todas as outras, Gago Coutinho marcou vincadamente a sua presença, sempre pronto para o trabalho e servido por uma robustez física verdadeiramente excepcional. Nunca sentiu cansaço nas suas longas caminhadas através dos matos africanos, nem tão-pouco o impressionaram as muitas observações astronómicas com que costumava ocupar as suas noites. Para se ter uma noção aproximada do labor intenso a que se deixou prender este homem extraordinário, embalado no seu próprio encantamento, bastará fazer um pequeno resumo das observações astronómicas feitas para apoio da demarcação das fronteiras do distrito de Tete durante as campanhas de 1904 e 1905.

a) *Latitude de Tete* — Foi obtida pela média das observações sobre 173 estrelas na sua passagem meridiana. Seis grupos de estrelas deram uma latitude de:

$$\varphi = 16^{\circ} 09' 14''.6 \pm 0''.20$$

b) *Latitude de Missale* — Foi obtida com a observação de 193 estrelas na sua passagem meridiana. Sete grupos de estrelas deram uma latitude de:

$$\varphi = 14^{\circ} 06' 08''.0 \pm 0''.40$$

c) *Latitude do marco do Dr. Robin* — Este marco fica, como vimos, no cruzamento do paralelo de 15° com o rio Luâgua. A latitude foi obtida com a observação de 252 estrelas na sua passagem meridiana, que na média deram um valor de:

$$\varphi = 15^{\circ} 00' 01''.3 \pm 0''.20$$

d) *Fixação do paralelo de 14°* — Este paralelo é a linha divisória das águas Zambeze-Niassa. O paralelo de 14° foi fixado no terreno com a observação feita com a luneta meridiana para 165 estrelas, na sua passagem meridiana, agrupadas em cinco valores médios:

$$\varphi = 14^{\circ} \ 00' \ 01''.6 \pm 0''.20$$

e) *Cruzamento do paralelo 16° com o meridiano de 31°* — A latitude deste cruzamento foi obtida por observações de estrelas feitas com o teodolito Repsold de micrómetros. Seis grupos totalizando 61 pares, umas ao norte e outras ao sul do zénite, deram na média:

$$\varphi = 16^{\circ} \ 00' \ 10''.0 \pm 0''.17$$

f) *Cruzamento do paralelo 16° com o meridiano da confluência do Luângua* — Com observações feitas com um teodolito Repsold sobre 48 pares de estrelas, na sua passagem meridiana, umas ao norte e outras ao sul do zénite, obteve-se uma latitude de:

$$\varphi = 15^{\circ} \ 59' \ 56''.6 \pm 0''.18$$

Além destas latitudes, que podemos considerar principais, pois fixaram pontos importantes da fronteira e que no total ultrapassam o milhar, muitas outras latitudes foram observadas, embora com menos preocupações, que serviram para o desenho nas cartas dos muitíssimos quilómetros de itinerários, que foram percorridos. Durante os dois anos que durou a demarcação da fronteira do distrito de Tete, Gago Coutinho, sempre activo, sempre infatigável e sempre presente, observou para cima de 3000 estrelas em passagens meridianas e circum-meridianas.

O problema das longitudes, bastante mais delicado do que o das latitudes, pois neste tempo não havia ainda transmissão de sinais rítmicos para a transmissão da hora, foi resolvido com a colaboração preciosa de Sir David Gill, director do Observatório de Cape Town, que transmitiu directamente para Tete a hora das suas pêndulas e que mais tarde se encarregou dos cálculos. Para a longitude de Tete resultou um valor de:

$$L = 33^{\circ} \ 35' \ 15''.6 \pm 2''.1$$

O espírito realista e exigente de Gago Coutinho não aceitou sem protesto, para consigo mesmo, o valor de uma longitude que resultou de

um cálculo feito no Observatório de Cape Town, ao qual ele tinha sido completamente alheio. Por isso, um pouco mais tarde, tomando os elementos das mesmas observações e utilizando um processo de cálculo inédito e muito seu, obteve três valores para a longitude do marco de Tete, cuja média foi:

$$L = 33^{\circ} 35' 17''.0 \pm 1''.4$$

Como se vê, a diferença entre os dois valores é apenas de 1''.4. Foi certamente porque a diferença resultou tão pequena, que Gago Coutinho, no final do seu relatório, ao resumir os seus trabalhos astronómicos em Tete e, ao apresentar estes dois valores tão próximos, escreveu:

«O primeiro valor foi o aceite nas actas e o segundo o que mandei gravar na chapa de cobre que foi cimentada no marco de Tete.»

Passados apenas dois anos, Gago Coutinho é novamente solicitado para executar trabalhos em África. Por volta de 1906, a ocupação agrícola de Moçambique, principalmente para o sul do Zambeze, tinha atingido um desenvolvimento muito grande e por isso tornava-se urgente construir uma carta, onde se pudessem disciplinar todos os assuntos que respeitavam principalmente à concessão de terrenos. Foi por isso que o Ministério da Marinha e Ultramar, à testa do qual se encontrava Aires de Ornelas, de acordo com o Governador Geral de Moçambique, o conselheiro Freire de Andrade, pensou em organizar uma missão técnica, que levasse a cabo este objectivo.

Para satisfazer a todas as exigências, a carta de Moçambique teria de ser apoiada numa rede geodésica, que pudesse garantir o maior rigor na representação de todos os detalhes do terreno.

Corriam por esse tempo, obedecendo às normas mais consagradas pela técnica, os trabalhos geodésicos da África do Sul. Ora Portugal, indo pela primeira vez fazer em África trabalhos geodésicos de grande envergadura, pensou naturalmente ligar a sua geodesia aos trabalhos da África do Sul.

Para chefiar e organizar a missão técnica, que havia de encarregar-se desta importante missão, onde ia ser posta à prova a técnica portuguesa, foi escolhido o 1.º tenente Carlos Viegas Gago Coutinho, que tinha atingido uma verdadeira maturidade científica à custa de uma vida intensa

de trabalho na delimitação das fronteiras africanas. Gago Coutinho tinha terminado, havia pouco tempo, o gigantesco trabalho das fronteiras do distrito de Tete, a que há pouco me referi e onde se não sabe que mais admirar, se a excepcional resistência física de que deu provas, se a admirável força de ânimo, com a qual conseguiu vencer o próprio tempo e dominar a própria Natureza, se as invulgares qualidades de adaptação ao meio e aos seus minguados recursos, se a clareza dos seus conceitos, se a justeza das suas conclusões. Nas fronteiras do distrito de Tete, pondo à prova as suas excepcionais qualidades de observador, ultrapassando-se a si próprio nas facilidades de adaptação ao meio, Gago Coutinho fizera de si próprio um dos maiores geógrafos da sua geração. Foi certamente por isso que Aires de Ornelas, ao querer dar a Moçambique uma carta geográfica construída segundo as normas mais consagradas e os métodos mais rigorosos da época, chamou Gago Coutinho e fez dele o chefe da Missão Geodésica da África Oriental.

Sentindo sobre o seu robusto arcaboço de marinheiro todo o peso da sua responsabilidade, escolheu os seus colaboradores, encomendou o material técnico que viria a ser-lhe necessário, resolveu os mil e um problemas que acompanham um empreendimento desta natureza, mandou tirocinar os seus colaboradores, estudou e discutiu as instruções que recebeu, não fosse uma dúvida, que pudesse surgir mais tarde, perturbar a sua vontade de andar depressa e o seu propósito firme de acertar. Senhor da sua força e sentindo à sua volta a lealdade, o respeito e a amizade com que se sentia capaz de prender os seus colaboradores, largou de Lisboa para a sua grande tarefa no dia 1 de Maio de 1907.

Chegado a Lourenço Marques e depois da inevitável demora para um contacto com o Governador Geral e com os vários serviços, Gago Coutinho e a sua Missão Geodésica da África Oriental entraram imediatamente em campanha. Irmanados no mesmo entusiasmo criador e fazendo da vontade do chefe a sua própria vontade, cada um se lançou ao trabalho sem um desfalecimento, levando de vencida todas as dificuldades com que uma região plana e arborizada, barra habitualmente a passagem da geodesia.

Gago Coutinho caminhava na frente, entregue ao serviço de reconhecimento, e atrás seguiam os seus adjuntos para a construção dos sinais, segundo as indicações que recebiam da frente.

O serviço do reconhecimento foi particularmente difícil e demorado, por se tratar de uma região plana e muito arborizada. Nem recorrendo à construção de plataformas no alto das árvores mais altas, com mais

de 30 metros, às vezes, se conseguia fazer avançar a triangulação por falta de visibilidade para a observação.

Quantas e quantas vezes, na lombada de uma pequena elevação, depois de cortar o arvoredado em volta da árvore que parecia a mais alta, e por isso escolhida para estação de reconhecimento, Gago Coutinho se viu forçado a concluir que o ponto não servia para vértice da triangulação!... Quantas e quantas vezes, lá do alto de uma plataforma de reconhecimento, batido às vezes pelas inclemências de uma ventania hostil, ele olhava para o horizonte, em todos os rumos, e não conseguia vencer as distâncias!... Quantas caminhadas inúteis, quantas esperanças desfeitas, quantas tentativas sem resultado e quanta adversidade a demorar o passo a quem gostaria de andar depressa!... A seguir a uma dobra de terreno, outra vinha, mais outra, e mais outra ainda, mas todas iguais, todas inúteis, todas mudas e misteriosas. A desilusão sofrida numa fazia adivinhar, na seguinte, uma desilusão igual.

O que foram esses meses gastos no reconhecimento da triangulação de Moçambique, sem transportes e sem guias seguros, só o pode verdadeiramente avaliar quem algum dia viveu os mesmos problemas e se viu a braços com as mesmas dificuldades.

Subir ao alto de uma colina e reconhecer que todas as colinas são iguais, sendo quase sempre impossível, mesmo com o emprego dos instrumentos, descobrir-lhes o ponto mais alto, não podendo distinguir uma das outras por falta de sinais característicos que as identifiquem; olhar atentamente em volta de todo o horizonte e encher os olhos com a monotonia dos verdes que se prolongam a perder de vista até se confundirem, lá longe, com o azul do céu distante!...

No meio desta imensidão, onde as ondulações do arvoredado se podem comparar às ondulações de um mar sem fim, quantas vezes Gago Coutinho se viu na necessidade de «navegar» naquele mar de verdura, de bússola na mão, fazer a sua «estima», marcar os astros para poder pôr o ponto na carta, subir às árvores mais altas na esperança de enxergar «arrumação de terra» e por fim, «sondar» para que o nivelamento do terreno o ajudasse a descobrir o ponto mais alto, onde colocar o marco e construir o sinal!... Quantas vezes, ao pôr o ponto na carta verificou que tinha «varado» o porto, ou que no porto não tinha encontrado o abrigo que ambicionava!... E como se tudo isto não bastasse, muitas vezes viu passar as manhãs e chegar as tardes sem poder avançar, porque um nevoeiro teimoso lhe não deixava ver o caminho!...

Foi demorado e trabalhoso o reconhecimento geodésico feito até Inhambane e não o foi menos o trabalho da construção dos marcos, da armação dos sinais e da medição da triangulação. Quantas vezes foi necessário construir verdadeiras «torres» para elevar a linha da observação de 10, 20 e até de 30 metros acima do terreno e quantos cuidados foi necessário guardar na observação, para que, teodolito e observador, em construções inteiramente independentes, se não interferissem; quantas vezes houve que lamentar o fraco poder dos óculos dos instrumentos, porque não conseguiam vencer as distâncias em tão precárias condições de tempo e quantas vezes houve que aguardar pacientemente, no alto de uma plataforma, o aparecimento de um hélio que teimava em não se deixar ver!...

Foi por isso que Gago Coutinho, com justificada alegria, viu chegar a Inhambane os seus trabalhos de reconhecimento, no fim de 1908, depois de 14 meses de campanha, praticamente sem interrupção.

Durante este tempo fora feito o reconhecimento, foram construídos os marcos e levantados os sinais, foram feitas as observações da triangulação e foram feitos até alguns cálculos. Embora com resultados provisórios, os vértices da triangulação foram tendo as suas coordenadas e, durante a longa caminhada até Inhambane, observaram-se muitos milhares de estrelas para os cálculos da latitude e dos azimutes.

As observações foram feitas com os pequenos teodolitos de Troughton e por isso se consideraram como provisórios os resultados obtidos. Foram feitas, porém, com tantos cuidados e obedeceram a normas tão correctas para a compensação dos erros que, ao terminarem-se os apuramentos finais, verificou-se que os resultados estavam muito para além do que poderia esperar-se. Raras vezes os triângulos apresentaram fechos superiores a 5" e no conjunto o erro médio de uma observação foi inferior a 1" (0".94).

Ao mesmo tempo verificou-se que o erro médio de uma observação de azimute, com duas estrelas, uma a leste e outra a oeste do meridiano, e em duas noites diferentes, foi de $\pm 0".50$, e nas latitudes a observação em duas noites de cerca de 20 pares de estrelas, em cada noite, deu erros prováveis de $\pm 0".25$.

Estes resultados surpreenderam Gago Coutinho e tanto que resolveu não esperar pelos aparelhos que tinha encomendado para medir a triangulação, aceitando as observações feitas com os pequenos Troughton, proclamando assim publicamente as extraordinárias qualidades de observadores, que reconhecia nos oficiais seus colaboradores.

Aproveitando os tempos mortos nas operações do reconhecimento, Gago Coutinho gastava as noites para ir fazendo as suas observações astronómicas, principalmente de latitude e de azimute.

Na latitude empregou o método da observação de estrelas fundamentais na sua passagem meridiana, agrupando-as em pares, uma ao norte e outra ao sul do zénite, com distâncias zenitais muito próximas. Observando, em regra, 20 pares em cada noite, ao fim de duas noites, conseguia latitudes com erros prováveis de $\pm 0''.25$.

Durante esta fase do reconhecimento, Gago Coutinho observou para cima de 1800 estrelas para dar latitude aos 89 marcos em que estacionou. Nas determinações de azimute utilizou estrelas circumpolares, próximo da sua máxima digressão, para que a influência de um erro na hora não fizesse variar muito o valor do azimute, umas a leste e outras a oeste do pólo. Com 10 grupos de estrelas nestas condições em cada noite, ao fim de duas noites tinha um azimute com um erro provável de $\pm 0''.50$.

Vivendo o entusiasmo resultante da agradável surpresa, que estes resultados trouxeram, Gago Coutinho compartilhou com os seus fiéis colaboradores essa grande e significativa alegria que serviu para que todos se sentissem mais unidos ao serviço de uma só vontade. Neste ambiente de entusiasmo atiraram com os trabalhos para a frente, ultrapassando Inhambane até atingirem, nas alturas do Bazaruto, as fronteiras dos territórios da Companhia de Moçambique.

Encontraram sempre grandes dificuldades, por virtude de uma topografia completamente adversa, não só pela falta de acidentes naturais que ajudassem o trabalho do reconhecimento, mas também pelas más condições de visibilidade, que obrigavam a grandes demoras nos trabalhos da observação.

Por essa altura recebeu Gago Coutinho os grandes teodolitos geodésicos com círculos horizontais de 27 centímetros, divididos a 4', com dois microscópios opostos dando 2'' em leitura directa, com um óculo de 65 centímetros de distância focal e 76 milímetros de abertura e com círculos verticais com dois microscópios opostos, dando 1'' em leitura directa, com escalas de platina, com um eixo vertical de aço muito duro e do mais correcto acabamento, com fio móvel na ocular, etc., construídos pela casa Salmoiraghi de Milão, com os quais se propunha medir a triangulação. Mas os aparelhos vinham com tantos defeitos, tão grandes e tanto à vista, que não conseguiram melhores resultados do que os pequenos e modestos Troughton.

Os aparelhos foram então estudados com os maiores cuidados e, depois de identificados os principais defeitos, foram enviados à fábrica para serem melhorados.

Voltaram os pequenos Troughton ao serviço da triangulação, tendo-se redobrado de cuidados nas observações, para se tentarem melhores resultados do que os obtidos até aqui. Alguma coisa se conseguiu, porque os erros prováveis baixaram.

A grande desilusão trazida pelos teodolitos Salmoiraghi veio dar mais valor às observações feitas pelos pequenos Troughton durante o reconhecimento e a medição provisória da triangulação e, mais do que isso, veio demonstrar, pelos resultados obtidos, as extraordinárias qualidades de observadores de que deram provas os oficiais da Missão.

Não sendo de esperar pelo regresso dos teodolitos Salmoiraghi, para se considerar terminada a grande tarefa da missão, faltava apenas proceder à medição das bases geodésicas que viriam permitir o cálculo definitivo de todos os comprimentos.

Tinha sido adquirido um aparelho de fios de invar com todos os seus acessórios e foi com ele que foram medidas duas bases: uma ao norte, que ficou conhecida pelo nome de «Base de Inhambane», e outra ao sul, conhecida pelo nome de «Base de Manhiça». A primeira foi medida numa planície que se estende para o sul de Inhambane e foi dividida em sete secções sensivelmente iguais. Depois de aplicadas todas as correcções, devidas à altitude, à temperatura, à gravidade, à inclinação, etc., resultou um valor final de:

$$\text{Base de Inhambane} = 8.598^{\text{m}},192.38$$

A outra base foi medida um pouco ao norte de Manhiça; é um lado da triangulação e foi dividida em doze secções, sensivelmente iguais. Depois de aplicadas todas as correcções, resultou com um valor final de:

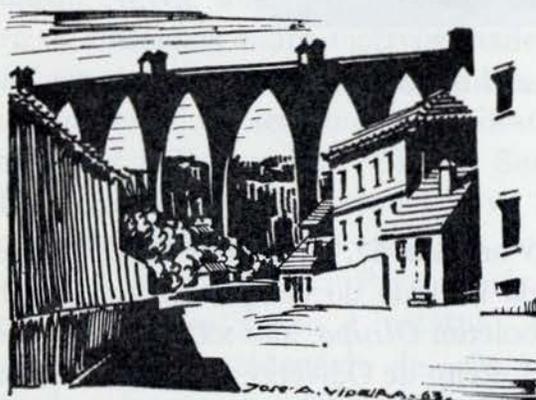
$$\text{Base de Manhiça} = 12.090^{\text{m}},900.86$$

Os valores finais das duas bases foram ajustados posteriormente, depois de aferidos de novo os fios de invar e determinados novos valores para as suas equações.

Ao regressar a Lisboa, a Missão foi extinta, sem ao menos estarem terminados os cálculos finais e definitivos. Nem o grande prestígio, que

Gago Coutinho tinha conquistado, nem a dedicação sem limites dos seus dois colaboradores, nem tão-pouco a força de ânimo, de que todos deram provas, puderam convencer o Governo a deixar dar forma aos números que traduziam, em linguagem bem clara e bem evidente, o grande triunfo do homem sobre as adversidades do meio ambiente. Nem a auréola que acompanhava os resultados obtidos, pondo bem a descoberto as maravilhas da técnica portuguesa, nem a soma de sacrifícios que foi necessário entregar, perdulariamente, à consumação de uma obra que não receava confrontos, conseguiram ser a razão para que tudo pudesse chegar ao fim. Tinha-se perdido uma boa oportunidade para se proclamar bem alto e a todo o mundo a razão de ser da nossa presença em África.

(Continua)





D. Carolina Augusta de Castro e Silva

DOCES LEMBRANÇAS DO CONVENTO DE ODIVELAS

(Anotação)

pelo DR. PAULO CARATÃO
SOROMENHO

A comunicação oral ao 67.º Colóquio Odisiponense, de 16 de Julho de 1970, apresentada na sede do Grupo Amigos de Lisboa, e publicada no número 130 do boletim *Odisipo*, ano XXXIII, teve como figura principal a última freira do Mosteiro de Odivelas. Esta senhora chamava-se Carolina Augusta de Castro e Silva, nascida em Lisboa a 11 de Janeiro de 1816, e falecida em Odivelas a 16 de Abril de 1909.

O tema da comunicação foi um livro manuscrito de receitas de cozinha, pertencente à Ex.^{ma} Senhora D. Maria Helena dos Santos Abrantes. Na altura não foi possível publicar o retrato de D. Carolina Augusta, cuja morte ocupou a derradeira página da crónica do célebre Mosteiro, como instituição religiosa. Fazemo-lo agora, com renovados agradecimentos à Ex.^{ma} Senhora D. Maria Helena dos Santos Abrantes, pelo empréstimo da magnífica fotografia.

RESUMO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS DE 1972

ENTRE as actividades do Grupo, durante o ano de 1972, destacamos as conferências dos Srs. Professor Abílio Mendes do Amaral, Dr. Leonel Ribeiro, Capitão-de-mar-e-guerra Manoel Affonso Dias, Dr. Paulo Caratão Soromenho e Professor Francisco de Assis de Oliveira Martins, respectivamente intituladas: «A Fonte Santa»; «O *Sim* e o *Não* da Alma Portuguesa»; «Gago Coutinho Geógrafo», esta incluída nas comemorações do 50.º aniversário da Travessia Aérea do Atlântico Sul; «Arte Rupestre Tagana» na qual, além do conferente, dissertaram Dr. Eduardo da Cunha Serrão e Francisco de Sande Lemos, arqueólogos do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português, que ilustraram as suas explicações com projecções; «Lisboa no Tricentenário de Camões — 1880», sendo esta conferência integrada nas comemorações a assinalar o IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas».

Também se realizaram duas interessantes exposições, sendo uma de óculos antigos (exemplares, bibliografia, etc.) da colecção dos Srs. Doutor Eduardo Neves, José Pizani Burnay e Marcial Pereira Mendes, e a outra de desenhos sobre motivos madeirenses e lisboetas, apresentados pelo consócio Luís Trindade, ambas muito visitadas e referenciadas na Imprensa. Ao acto inaugural desta última exposição dignaram-se comparecer a Esposa e a Filha do Senhor Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, Coronel Silva Sebastião.

A 10 de Junho de 1972 o Grupo «Amigos de Lisboa» reuniu-se com o Grupo «Amigos do Porto» na Praça Luís de Camões, aonde depositaram ramos de flores junto à estátua, associando-se deste modo à comemoração do IV centenário de «Os Lusíadas». O Hino Nacional foi entoado perante assistência numerosa. Em seguida os «Amigos do Porto» amavelmente visitaram a nossa sede, onde foram recebidos pela Direcção com calorosa manifestação de simpatia e fraternidade.

Tomaram a palavra os senhores Dr. Bonifácio da Costa e Osório de Almeida Marçal, respectivamente Presidente e Secretário-Geral do Grupo visitante e os Senhores Dr. José Cassiano Neves e Dr.^a Anna-Maria Pereira da Gama, elementos da Direcção dos «Amigos de Lisboa».

De ambas as partes se felicitaram pelo seu encontro e prazer de vir a renovar as visitas e estreitar as suas relações de amizade e mútua compreensão.

As duas cidades mais importantes do País foram postas em relevo, tendo ambas as colectividades em mira o engrandecimento das mesmas, o seu embelezamento artístico e urbano assim como o da sua evolução, da sua história e pôr em relevo as suas obras do passado, que marcaram uma época, um destino.

Nos dois Grupos notaram-se os mesmos desejos, legítimos interesses e ambições, acompanhados por um grande amor às suas nobres cidades.

Houve portanto, neste encontro primeiro, palavras calorosas ditas de parte a parte, enaltecendo as duas urbes sem distinção, tendo por fim unir os dois grupos numa afinidade recíproca, com fins de valorização das suas cidades para engrandecimento do País.

O Grupo «Amigos do Porto» ofereceu ao nosso Grupo uma medalha dourada com o brasão da cidade do Porto e publicações. Da nossa parte distribuímos boletins OLISIPO e publicações de assuntos lisboetas, de edições do Grupo e de alguns associados. Foi a seguir oferecido um Porto de Honra, seguido de conversas amistosas entre os associados dos dois grupos.

Nas vitrinas do Salão do Grupo estavam expostos livros, artigos e gravuras do Porto e de Lisboa. Foi com o maior agrado que foi aceite o convite duma visita ao Grupo congénere. Mas esta sua visita é que jamais será esquecida pelas boas impressões que deixou.

Como nos anteriores anos e por amável cedência de lugares pela Ex.^{ma} Câmara Municipal, realizou-se em Julho mais um passeio no Tejo. Também, como habitualmente, a Ex.^{ma} Câmara, para as suas realizações culturais, enviou à Direcção convites, entre eles em 10 de Novembro, pelas 15 horas, em que foram visitadas as Termas Romanas de Lisboa, situadas no cruzamento da R. da Prata com a R. da Conceição, pelos membros da Junta Directiva, Srs. Dr. José Cassiano Neves, Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr.^a Anna-Maria Pereira da Gama, Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos e Sr. Inocêncio Castelhana.

Em Dezembro realizou-se uma visita ao antigo e prestigioso estabelecimento de cultura Ateneu Comercial de Lisboa, dirigida pelo membro da Junta Directiva do Grupo e professor do Ateneu, Sr. Dr.

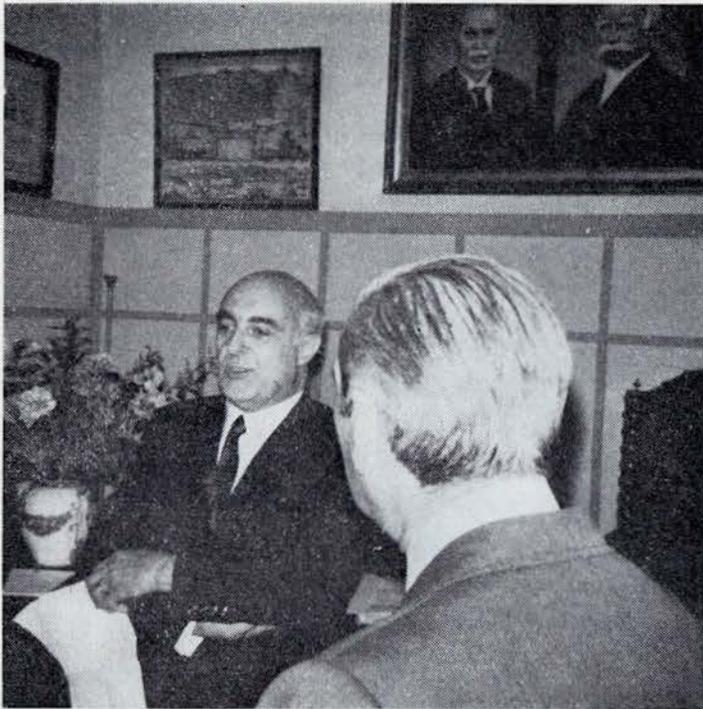
Paulo Caratão Soromenho, tendo sido os visitantes, em grande número, recebidos pelo Presidente da Direcção e por alguns membros dos seus Corpos Directivos.



O Dr. Paulo Caratão Soromenho expõe as circunstâncias do achado de arte rupestre tagana

Fala o Presidente dos Amigos do Porto, Dr. Bonifácio de Costa





*Fala o Secretário dos Amigos
de Lisboa, Dr. Cassiano
Neves*

*Portuenses e Lisboetas con-
fraternizam*



Fotografias de Fernando Dias Pereira, membro
ilustre dos Corpos Gerentes dos Amigos de Lisboa



Feira da Ladra



FICHEIRO

68. *Clube Desportivo Império do Cruzeiro*

Na rua do Cruzeiro, na Ajuda, no prédio que tem o n.º 166, está instalado o Clube Desportivo Império do Cruzeiro.

Colectividade popular, não limita as suas aspirações aos associados, pois bastante tem preocupado os seus dirigentes o problema da juventude, que procuram atrair para garantia do futuro. Assim, a instalação de um parque infantil, a criação de uma escola primária e outras iniciativas são marcos de uma caminhada que dignifica o clube.

69. *Associação Protectora da Primeira Infância*

É enternecedora — como a sua obra — a história da Associação Protectora da Primeira Infância, fundada em 1901 e cuja sede é no Largo do Museu de Artilharia, 2.

Na *História da Beneficência Pública em Portugal*, escreveu Victor Ribeiro:

.....

«O primeiro *Lactário*, implantado graças a insistente propaganda feita pelo seu bondoso e benemérito iniciador Sr. Rodrigo António Aboim d'Ascensão, acha-se belamente organizado a expensas da Associação Protectora da Primeira Infância.

.....

Nasceu o piedoso instituto de um desses impulsos caritativos de coração compassivo. Contam-nos os jornais a história comovedora:

Um dia, o primeiro iniciador da Associação, o seu missionário, o seu devotado propagandista, passava por uma rua da cidade e viu à porta dum casebre miserável uma pobre mulher macilenta, enfezada, o peito dobrado, os olhos cavados, incendidos num triste fulgor de febre. Tinha nos braços uma criancita de singular magreza, quase tão pálida como ela. Era certamente uma tuberculosa aquela mulher ainda nova; era evidentemente mãe e aquele era o seu filho.

Não tinha leite para o pequenito naquele peito seco de febre, quase despedaçado em convulsões de tosse.

O bondoso Sr. Aboim d'Ascensão confrangeu-se perante aquele triste espectáculo, pensando quantos casos seme-

lhantes ocasionavam a morte de milhares de desditosas crianças.»

Qual bola de neve, fundada a benemérita Associação, iniciou-se uma obra que no decurso dos 72 anos da sua existência já socorreu muitos milhares de crianças pobres.

Paralelamente têm os dirigentes da simpática Associação promovido conferências com o objectivo da divulgação de conhecimentos, que muito interessam ao desenvolvimento da meritória acção, desenvolvida em prol da criança.

70. Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo

Fundada no popular bairro da Ajuda, em 24 de Junho de 1895, por um grupo

de amigos que procuravam, a par de recreio, uma cultura popular mais ampla, a Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo viu coroado de êxito o passado de gloriosos 70 anos, inaugurando a sua nova sede em 12 de Dezembro de 1965, no lote A da Rua do Cruzeiro.

A nova sede, magnífico centro de convívio para a população associativa, proporciona-lhes diversas distrações a par de uma boa biblioteca e de teatro amador.

Também para os respectivos aficionados são proporcionados campeonatos de bilhar, ténis de mesa e de xadrez, que os honram conquistando para a Sociedade posições de relevo.

António Zacarias da Silva

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

LISBOA - 2

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 865 000 000\$00



Empresa nacional para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com o

ESTADO PORTUGUÊS DE ANGOLA



SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG

um mundo de serviços

Este é o mundo que criamos para si: feito da nossa experiência bancária.

Há muito que os nossos clientes dispõem de uma gama de serviços bancários altamente especializados. Serviços só possíveis para quem, como nós, conhece bem o mercado português e o estrangeiro.

Depósitos, Cofres-Fortes, Crédito e Operações com o Estrangeiro são apenas alguns dos muitos serviços que oferecemos

— e que vão desde a Administração de Propriedades Urbanas à Compra e Venda de Metais Preciosos, Moedas e Medalhas. De acordo com as exigências da vida moderna, vamos criando novos serviços, que se destinam a simplificar o trabalho e a poupar o tempo dos nossos clientes.

A nossa clientela conta com o nosso apoio bancário onde quer que trabalhem.



um mundo de serviços

Banco Borges & Irmão